



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e catorze, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em sessão ordinária, cuja Mesa era composta pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão, pelo Segundo Secretário Ana Patrícia Caçador Palma e pelo Deputado Municipal Mário Isidro das Neves Ribeiro, que foi convidado para auxiliar a Mesa na condução dos trabalhos (Partido Socialista). -----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Ana Teresa de Sousa David, Artur Fernando Salgado e Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos (Partido Socialista). -----

----- Valter Peseiro Jerónimo, Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues, Rui Miguel Friezas Aldeano e Ana Sofia Falamino Oliveira (Coligação Democrática Unitária). -----

----- Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias e Francisco Artur Gomes Gaspar (Partido Social Democrata). -----

----- Custódio Domingos Marques (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Partido Socialista), José de Jesus Joaquim (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Partido Socialista), Ortelinda da Conceição Camões Graça (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Valter Manuel Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista), Anacleto António de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista) e Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra - Partido Socialista). -----

----- Não estavam presentes o Presidente da Assembleia José João Henriques Coelho e os Deputados Municipais Joaquim Gonçalves Banha e José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista), Sofia Isabel Cunha Marques (Coligação Democrática Unitária) e Vera Sofia dos Santos Faria (Partido Social Democrata). -----

----- O Presidente da Mesa deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de conformidade com os artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

----- O Presidente da Assembleia fez-se substituir por Paulo de Oliveira Matias, membro a seguir na lista do Partido Socialista. -----

----- A Deputada Municipal Vera Sofia dos Santos Faria fez-se substituir por Sérgio Miguel Lourenço Nunes, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata, por impossibilidade de presença de António Miguel Maia Cabecinhas Elias Mendes. -----

----- Verificado o quórum, com a presença de vinte e quatro membros, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**: -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- PONTO UM - RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/SITUAÇÕES EXCECIONAIS - DOE-11 - 1 POSTO DE TRABALHO; DOE-7 - 2 POSTOS DE TRABALHO; DSUAZV-33 - 3 POSTOS DE TRABALHO;-----

-----PONTO DOIS - RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/SITUAÇÕES EXCECIONAIS - DOE-22 - 1 POSTO DE TRABALHO; DSUAZV-24 - 1 POSTO DE TRABALHO;-----

-----PONTO TRÊS - RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/SITUAÇÕES EXCECIONAIS - DOE-11 - 1 POSTO DE TRABALHO; DOE-7 - 1 POSTO DE TRABALHO;-----

-----PONTO QUATRO - X ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2014;-----

-----PONTO CINCO - VIII ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2014;-----

-----PONTO SEIS - II ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2014;-----

-----PONTO SETE - FIXAÇÃO DO VALOR DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015;-----

----- PONTO OITO - FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2015;-----

----- PONTO NOVE - FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA O ANO DE 2015;-----

----- PONTO DEZ - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2015;-----

-----PONTO ONZE - GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO MUNICÍPIO PARA OS ANOS DE 2015/2018;-----

----- PONTO DOZE - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015;-----

----- PONTO TREZE - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 E PLANEAMENTO DE ATIVIDADES E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA O ANO DE 2015;-----

----- PONTO CATORZE - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;-----

-----PONTO QUINZE - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA A ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS;-----

-----PONTO DEZASSEIS - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.-----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Francisco Silvestre de Oliveira, e os Vereadores, Maria de Fátima Raimundo Galhardo, José Aníbal Ferreira Novais, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho, José Marcelino e Liliana Sofia Neves Ferreira dos Santos Pinto.-----

----- **Justificação de Falta:-** O Presidente da Mesa deu conhecimento do pedido de justificação de falta da Deputada Municipal Sofia Isabel da Cunha Marques (Coligação Democrática Unitária), à presente sessão.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:-** O Presidente da Mesa colocou à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

apreciação a ata da sessão ordinária de 12 de setembro de 2014.-----

----- O Deputado Municipal Fernando Serafim referiu: Na folha cento e quarenta e seis, linha vinte e três, consta o seguinte: “o FAM vai-nos levar 1.200 euros, durante sete anos”. Penso que esse número não está correto. -----

----- O Presidente da Mesa salientou: Iremos verificar se o valor corresponde ou não, mas tenho quase a certeza que não está correto. Se houver necessidade de correção, na redação final da ata irá constar o valor correto. Penso que o valor é de 1 milhão e 200 mil euros. -----

----- De seguida, colocou à votação a ata com a alteração do valor correto. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (catorze do PS, seis da CDU e um do PSD - Deputado Municipal Gonçalo Dias) e três abstenções (duas do PSD - Deputados Municipais Francisco Gaspar e Sérgio Nunes e uma do PS - Deputado Municipal Valter Barroso), aprovar a ata. -----

----- O Deputado Municipal Valter Barroso apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “A minha abstenção é devido a não ter estado presente na sessão.”-----

----- O Presidente da Mesa deu conhecimento da **correspondência** com o registo número 175 a 216, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais.-----

----- O Presidente da Mesa salientou: Queria pedir alguma contenção em relação ao tempo de intervenção por parte dos Senhores Deputados neste “Período de Antes da Ordem do Dia”, uma vez que temos uma ordem e trabalhos bastante extensa. -----

----- O “Período de Antes da Ordem do Dia” irá ter dois momentos: um primeiro para apresentação de documentos para apreciação e votação e um segundo momento para outras intervenções. Esta forma de organização prende-se com uma melhor organização da ata, tornando-se mais fácil a sua leitura. Primeiro trataremos da aprovação dos documentos e depois daremos espaço às intervenções sobre diversas matérias que não estejam sujeitas a votação.-----

----- De seguida, o Presidente da Mesa, apresentou, em nome da Mesa, o “**Voto de Pesar**”, que a seguir se transcreve: -----

----- “Faleceu no passado dia 15 de novembro do corrente ano José Casanova. -----

----- Natural da freguesia do Couço, desde muito cedo sentiu o pulsar das gentes da sua terra na luta por melhores e mais dignas condições de trabalho. Embrenhou-se na luta antifascista, apoiando e sendo um ativista das candidaturas democráticas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado. Conheceu, “como muitos dos seus”, as prisões do regime e o exílio. -----

----- Experiências e agruras da vida que só tiveram o condão de reforçar o seu espírito humanista. -----

----- Ativista político incansável, sempre empenhado na defesa dos seus ideais que se confundiam com os do partido em que sempre militou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

----- Mas a dimensão de José Casanova não se esgota aqui. Está para além da política. Está nas artes...está na sua paixão pelo teatro e pela escrita...está no homem de cultura que sempre foi. Fica o seu legado literário, um conjunto de romances e de outros textos, cuja descoberta é uma das melhores homenagens que podemos prestar ao José Casanova. -----

----- Apesar da sua dimensão, nunca esqueceu as suas origens. Nunca esqueceu o seu Couço, o seu Sorraia...as suas gentes humildes, trabalhadoras, mas com uma “dignidade do tamanho dos sonhos”.-----

----- José Casanova fez questão de ser autarca na sua terra, foi membro da Assembleia Municipal de Coruche tendo presidido a este órgão, com grande dignidade, no mandato de 1998 a 2001. -----

----- Nestes momentos em que as palavras são sempre poucas, fica o reconhecimento ao político, ao democrata, ao ativista, ao humanista e ao homem das artes que foi o José Casanova. Uma vida que muito dignifica a freguesia do Couço e o concelho de Coruche. -----

----- A Assembleia Municipal de Coruche, reunida em sessão ordinária aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de 2014, aprova o presente Voto de Pesar pela morte de José Casanova.

----- Mais delibera, o envio do presente Voto de Pesar à família de José Casanova e ao Partido Comunista Português.”-----

----- **A partir deste momento, os Deputados Municipais Joaquim Gonçalves Banha e José Fernando Constantino Teles, passaram a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma hora e vinte e sete minutos.**-----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e seis membros.**-----

----- O Presidente da Mesa passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- A Deputada Municipal Ana Oliveira apresentou, em nome do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, o “**Voto de Pesar e Recomendação**”, que a seguir se transcreve:--

----- “José Casanova, destacado combatente antifascista e promotor das liberdades democráticas em Portugal, nasceu no Couço em 1939, onde desde muito novo viveu acontecimentos da luta antifascista nesta terra de resistência dos trabalhadores e do povo contra a exploração e a opressão, pela liberdade e a democracia. -----

----- Aderiu ao Partido Comunista Português em 1958, com 19 anos, e as suas primeiras atividades políticas foram desenvolvidas na União da Juventude Portuguesa, de cuja Direção fez parte. -----

----- Assumiu como jovem comunista papel destacado nas candidaturas democráticas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958. Desempenhou tarefas partidárias em vários pontos do País nas décadas de 50 e 60 do século XX.-----

----- Preso pela PIDE em 1960, julgado e condenado a dois anos de prisão, foi sujeito às cha-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

madas “medidas de segurança” que o forçaram a permanecer cerca de seis anos nas prisões fascistas. -----

----- Entre 1971 e 1974, José Casanova esteve exilado na Bélgica, prosseguindo aí a sua atividade partidária, quer junto dos emigrantes portugueses - foi Presidente da Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica - quer em contactos com os movimentos de libertação das ex-colónias: MPLA, PAIGC e FRELIMO. -----

----- Regressado a Portugal em Abril de 1974, assumiu tarefas partidárias na Organização Regional de Lisboa. -----

----- Membro do Comité Central do PCP desde 1976. Foi membro da Comissão Política de 1979 a 2008. Entre outras tarefas foi responsável pela Organização Regional de Lisboa de 1989 a 1996 e pela Organização Regional de Santarém entre 1997 e 1998. -----

----- José Casanova foi diretor do “Avante!”, Órgão Central do PCP, entre 1997 e fevereiro de 2014. Atualmente era responsável pela Comissão Nacional da Cultura. -----

----- Foi ainda Presidente da Assembleia Municipal de Coruche no mandato de 1997 a 2001. --

----- Salienta-se ainda a sua produção no campo literário, com os romances “Aquela Noite de Natal”, “O Caminho das Aves” e “O Tempo das Giestas”, bem como com outras obras, nomeadamente o livro sobre Catarina Eufémia, recentemente editado, e diversos trabalhos e participações. -----

----- José Casanova faleceu. Deixa-nos a sua intervenção dedicada como militante e dirigente do PCP nas mais diversas tarefas e responsabilidades e a sua sensibilidade e contribuição no plano cultural. -----

----- Deixa ainda um legado de luta antifascista e pela democracia que certamente não será esquecido pelos seus concidadãos Coruchenses. -----

----- A Assembleia Municipal de Coruche reunida em sessão ordinária de 28 de novembro de 2014, expressa o seu profundo pesar e presta as suas condolências à família de José Casanova e ao seu Partido de sempre, o Partido Comunista Português. -----

----- Recomenda ainda à Câmara Municipal de Coruche que oportunamente seja atribuído o nome de José Casanova a uma Rua na vila de Coruche, como forma de perpetuar a sua memória.

----- A enviar à família de José Casanova, ao Secretariado do Comité Central do PCP e aos órgãos da comunicação social.” -----

----- O Presidente da Mesa colocou à apreciação o “Voto de Pesar” e o “Voto de Pesar e Recomendação”. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Antes de mais, só uma nota pessoal em relação a esta nova proposta de funcionamento do “Período de Antes da Ordem do Dia”. Espero que no futuro, se for para continuar esta nova regra em relação a outro tipo de intervenções que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

venham preparadas, que não sejam Moções ou Votos, que os Deputados Municipais não fiquem com menos espaço de intervenção ou, então, que se corte a palavra. Honestamente, não gostaria que me cortassem a palavra aquando das minhas intervenções, até porque nunca aconteceu anteriormente sermos tão rigorosos com a hora do “Período de Antes da Ordem do Dia”.-----

-----Relativamente aos Votos de Pesar, são idênticos, mas há uma diferença e há coisas que nós não podemos afastar. -----

-----Cada partido apresentou o Voto de Pesar que melhor entendeu. Contudo, o Voto de Pesar da CDU é um Voto de Pesar da força política de que foi toda a vida o José Casanova - do PCP.--

-----José Casanova, militante comunista, destacou-se aos 19 anos e faleceu com 75 anos. Quase toda a sua vida foi militante comunista e isto é uma característica dos seus ideais. Embora fosse humanista antes de ser comunista e fosse um intelectual, nunca esqueceu o seu partido. Acho que o Voto de Pesar do Partido Socialista peca, logo à partida, por não dar a devida importância ao facto de José Casanova ser comunista. Ele nunca o negou. Esta é uma diferença essencial no Voto de Pesar. -----

-----Penso que poucos dos presentes nesta sala estiveram no funeral de José Casanova, daí que não perceberam que foi o seu partido que lá esteve, foram os seus camaradas de vida e de luta que lá estiveram. Não sei se esteve lá alguma delegação ou representação desta Assembleia Municipal, pelo menos eu não vi ninguém e deixo aqui essa nota com muita pena.-----

-----Parece-me que o Voto de Pesar da CDU e do PCP devia continuar e que não faz sentido haver dois Votos de Pesar.-----

-----Os eleitos da bancada da CDU propõem, ainda, que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal a atribuição do nome de José Casanova a uma rua ou a uma avenida da vila de Coruche. -----

-----Esta diferença é substancial e penso que devemos honrar os grandes homens e os combatentes anti-fascistas da nossa terra. -----

-----Gostaria de recordar que, há poucos anos, determinada força política tentou implementar o símbolo do fascismo em Coruche. -----

-----Acho que devemos homenagear os combatentes anti-fascistas e os democratas como José Casanova. -----

-----Penso que o Voto de Pesar e Recomendação da CDU é mais completo que o Voto de Pesar do Partido Socialista.-----

-----Apelava ao Partido Socialista que deixasse cair o seu Voto de Pesar para que o Voto de Pesar e Recomendação da CDU pudesse ser votado.-----

-----O Presidente da Mesa afirmou: Esta forma de funcionamento do “Período de Antes da Ordem do Dia” não tem o objetivo de cortar a palavra a nenhum Deputado Municipal. Prende-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

somente, com a estrutura de organização e elaboração da ata. Esta torna-se de difícil leitura quando, por exemplo, se apresenta uma Moção e depois assistimos à discussão de outros assuntos, acabando o documento por ser votado passadas várias intervenções que com ela nada tiveram a ver. A votação do documento aparece, depois, desgarrada e meio perdida. Para quem faz uma leitura da ata, ou procura seguir a discussão, não se torna muito fácil e intuitivo. -----

----- O objetivo é exclusivamente esse que eu referi, não é de cortar a palavra a ninguém. Nunca o fizemos e não é hoje que o irei fazer. Não é por o Presidente da Assembleia não estar hoje presente que eu irei ter qualquer atitude diferente. -----

----- A propósito da Assembleia Municipal não se fazer representar no funeral de José Casanova, queria dar conhecimento que o Presidente da Assembleia, no momento próprio, fez chegar as condolências à família. -----

----- Quanto à questão de termos dois Votos de Pesar, um que foi apresentado pela Mesa (e não pelo Partido Socialista) e outro que foi apresentado pela CDU, não vejo mal, pelo contrário, que ambos sejam colocados à votação. -----

----- Nesse sentido, a Mesa irá manter o Voto de Pesar que apresentou. -----

----- De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Pesar apresentado pela Mesa. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar. -----

----- Seguidamente, o Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Pesar e Recomendação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor (dezassete do PS e seis da CDU) e três abstenções do PSD, aprovar o Voto de Pesar e Recomendação. -----

----- De seguida, o Presidente da Mesa passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Estava a pensar no Deputado Francisco Gaspar com o seu anti-comunismo primário. Gostaria, em voz alta, de dizer a esta Assembleia que nem num Voto de Pesar é capaz de baixar um bocadinho a sua guarda de anti-comunismo, o que é lamentável. Para ele basta ser comunista que faz diferença. É uma versão da democracia, mas infelizmente o 25 de Abril não foi feito para isso. -----

----- Penso que faz sentido colocar nesta Assembleia uma informação relativamente à situação que se passa com os trabalhadores da Águas do Ribatejo, uma vez que o Município de Coruche é um dos aderentes a esta empresa e, inclusive, o Senhor Presidente da Câmara preside ao Conselho de Administração da empresa. Passo a transmitir. -----

----- O Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, no passado dia 28 de outubro de 2014, emitiu uma sentença relativamente à Câmara Municipal de Tomar, sobre um assunto também conhecido no Município de Coruche e que tem a ver com a opção gestonária. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- A Câmara Municipal de Tomar aderiu à opção gestionária e, passados uns meses, na reunião de Câmara de 18 de março de 2010, na altura de maioria do PSD, resolveu revogar a sua anterior decisão e passou a cortar os salários dos trabalhadores que já tinham sido majorados através da opção gestionária. -----

----- Vem agora o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria dar razão ao STAL, dar razão aos trabalhadores, e a Câmara Municipal de Tomar fica obrigada a pagar sensivelmente um milhão de euros aos trabalhadores (alguns deles até já não estão ao serviço). -----

----- O que é que isto tem a ver com Coruche? Acho importante lembrar esta Assembleia que em 2009 foi prometido pelo executivo, de que o atual Presidente da Câmara fazia parte enquanto Vice-Presidente, aos trabalhadores municipais, através de um comunicado que foi colocado na página da internet e também distribuído aos trabalhadores, que após as eleições teriam as suas classificações. A frase final do comunicado seria esta: “O executivo municipal está empenhado, como sempre esteve, em encontrar as melhores soluções para as legítimas expectativas de desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores municipais. Pena é que outros, só em vésperas de eleições, se preocupem com os trabalhadores, tentando desesperadamente dessa forma conquistar mais alguns votos.” -----

----- Passaram as eleições e o Partido Socialista entendeu anular a promessa sobre a opção gestionária e, depois, vieram várias desculpas. Lembro-me de se falar sobre o assunto na Assembleia e o Senhor Presidente da Mesa referir que a opção gestionária custaria 150 mil euros anuais. -----

----- Obviamente que a Câmara podia efetuar a opção gestionária, era apenas uma questão de vontade política, mas depois vieram muitas outras desculpas. -----

----- O que é certo é que a CDU sempre disse que os trabalhadores municipais estavam a ser prejudicados por uma questão de vontade política e por uma birra. -----

----- Com esta sentença do Tribunal sobre a Câmara Municipal de Tomar, comprova-se hoje que uma boa parte dos trabalhadores da Câmara Municipal de Coruche, alguns até já se reformaram, não tiveram o seu salário atualizado por vontade do executivo do Partido Socialista no anterior mandato na Câmara Municipal de Coruche. -----

----- Temos ouvido o Partido Socialista aqui dizer que está contra as políticas de austeridade, contra o corte nos salários, contra o corte nas reformas, contra a situação de os trabalhadores serem todos assistentes operacionais ou assistentes técnicos. -----

----- Recordo que eu lancei um desafio na última Assembleia Municipal - vamos ver quando o Partido Socialista chegar ao poder se continua a linha política de José Sócrates, dos PEC três e do quatro que já vinha a caminho, ou se vai reformular e voltar a atribuir os direitos aos trabalhadores, direitos esses que foram conquistados ao longo dos anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Trago aqui hoje o caso concreto da empresa Águas do Ribatejo. Acho que é a prova dos nove para o Partido Socialista e para o Senhor Presidente da Câmara, que também é o Presidente do Conselho de Administração da empresa, de mostrarem de que lado estão. Se estão do lado da austeridade ou se estão do lado de alguma justiça social para com os trabalhadores. -----

----- Os trabalhadores da Câmara Municipal que transitaram para a empresa Águas do Ribatejo, e eu já vi os contratos, têm todos os contratos iguais, com o salário que tinham na Câmara e um acréscimo na ordem dos 12,5%.-----

----- Há algum tempo atrás, a Águas do Ribatejo passou a colocar os 12,5% diretamente no salário dos trabalhadores. Mas o que parece ser uma coisa boa, pode deixar de o ser, nomeadamente quando se regista o aumento do salário mínimo, ou seja, a generalidade dos trabalhadores que auferiam o salário mínimo, mais 12,5%, com o aumento do salário mínimo deixaram de ser abrangidos, daí que ficam prejudicados sensivelmente em 20 € por mês. -----

----- Outra situação que se coloca é a questão das diferenças salariais. Os trabalhadores que transitaram das câmaras municipais para a Águas do Ribatejo, auferem hoje menos que os outros trabalhadores que entraram diretamente para os quadros desta empresa. Há trabalhadores que entraram com o vencimento de 649 € e os trabalhadores que transitaram das câmaras, a fazer o mesmo ou mais, inclusive a transmitirem conhecimentos aos que entraram e com outro patamar de responsabilidades, auferem apenas 560 €. Há aqui uma discriminação salarial. -----

----- Certamente que o STAL, avaliada que está a questão, intervirá junto da Águas do Ribatejo. Penso que se trata de uma situação em que pode haver vontade política para resolver a questão. -----

----- A última situação que eu queria trazer relativamente aos trabalhadores da Águas do Ribatejo tem a ver com o horário de trabalho.-----

----- Recordo que a Câmara Municipal de Coruche, assim como várias câmaras municipais, assinaram o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, assumiram que iriam cumprir as 35 horas, e até ouvimos o Senhor Presidente da Câmara aqui dizer que se fosse preso que fosse preso político.-----

----- Em relação à empresa Águas do Ribatejo, os trabalhadores estão a fazer 40 horas. Uma das coisas que teria de ser garantido aos trabalhadores é que não seriam prejudicados no seu horário em relação aos colegas. Contudo, estão a trabalhar mais uma hora gratuitamente por dia, porque não foi assinado o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública. -----

----- O desafio que lanço ao Senhor Presidente da Câmara, e ao Partido Socialista, é que tome uma posição na empresa Águas do Ribatejo e se faça alguma frente a esta política do aumento do horário, sendo mais um corte no salário dos trabalhadores. Temos visto as práticas em relação às 35 horas, em que cada câmara do Partido Socialista faz à sua maneira. Até temos o exemplo de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

Salvaterra de Magos que assinou e que aprova Moções no executivo a revogar as 40 horas e depois, na prática, não se chega à frente, o que é no mínimo caricato. -----

----- Pessoalmente, acho que há aqui responsabilidades políticas da parte da Administração da empresa Águas do Ribatejo, também de maioria socialista, e que vai ter que assumir e definir de que lado da barricada está. Se está do lado da continuação da austeridade, dos cortes nos salários e do aumento de horas de trabalho ou se está do lado dos trabalhadores. -----

----- Aqui está uma boa altura para a Câmara Municipal de Coruche também contribuir e até se redimir da questão da opção gestonária que agora se veio confirmar que era justa. Desta vez não digam que é mentira, porque eu tenho aqui o comunicado. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Recebi uma informação nos últimos dias relativamente a um alvará que foi emitido em 2012, referente à exploração de um espaço para gestão de resíduos no Bairro da Serração, na Fajarda. Tive oportunidade de consultar na internet, na página da CCDRLVT, o respetivo alvará. Também me chegaram algumas fotografias em relação ao local. -----

----- Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara pudesse dar algumas explicações, se as tiver, sobre esta situação. -----

----- Pelas fotografias, e também porque passei junto ao local, não me parece que se cumpram os preceitos da lei, a qual diz que os resíduos devem ser colocados de modo a não haver contaminação do solo e estarem identificados com o respetivo código. Aparentemente não me parece, pelas imagens a que tive acesso, mas não sendo técnico não posso afirmar que estejam salvaguardadas estas situações. -----

----- Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

----- Se tinha conhecimento da atividade desta empresa. -----

----- Qual o nível de intervenção do Município desde que teve conhecimento do processo?-----

----- Se não tinha conhecimento desta atividade, após ter conhecimento, quais foram os meios que acionou ou as movimentações que fez para se inteirar da situação? -----

----- Supostamente, se a houve, qual foi a intervenção do Município com a autorização ou licenciamento da mesma? -----

----- Se não tinha conhecimento quando é que teve e se já fez ou já tomou alguma atitude para verificar no local a situação? -----

----- Se nos pode acrescentar alguma informação sobre o futuro. -----

----- A confirmar-se aquilo que aparentemente existe, infiltrações e escoamento nos solos, e estando os resíduos depositados numa zona alta relativamente ao Bairro da Serração, não percebendo eu nada de lençóis freáticos, nem como funciona a natureza, questiono-me se numa zona mais baixa, nomeadamente as habitações, as hortas, os sítios onde habitualmente as pessoas se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

movimentam, não haverá risco de haver escorrimentos daqueles resíduos. -----

----- Tenho ainda uma questão que tem a ver com uma notícia que li no jornal “O Ribatejo”. Normalmente, sempre que saem rankings que envolvem o nosso Município, por hábito são publicados. Estranhamente não vi a publicação deste ranking sobre a transparência dos municípios, feito pela Associação Cívica de Transparência e Integridade. Esta associação analisou os 308 municípios e o Município de Coruche foi classificado no 168.º lugar, isto é, abaixo do meio da tabela. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, porque não vi na página do Município, mas trouxe a página do jornal, o seguinte: -----

----- Qual é a dificuldade do Município ser transparente para os munícipes?-----

----- Por que é que não conseguimos ter esta transparência que é exigida pelos critérios desta Associação?-----

----- Existem 76 indicadores agrupados em sete dimensões: informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município; planos e relatórios; impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos; relação com a sociedade; contratação pública; transparência económico-financeira; transparência na área do urbanismo. Quais foram destas sete dimensões, aquelas que não permitiram a Câmara estar nos lugares que tanto apregoa como sendo os lugares habituais em termos de rankings por parte do Município? -----

----- O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- A propósito daquilo que foi decidido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria em relação à Câmara Municipal de Tomar, nada tem a ver connosco. O que se passou é que a Câmara Municipal de Tomar, em primeira instância, aprovou a opção gestonária e mais tarde deliberou contrariamente à primeira opção. Aquilo que está em causa é o ato administrativo em que o Município de Tomar revogou a primeira deliberação. Na primeira deliberação aceitaram a opção gestonária e aplicaram-na e, mais tarde, fizeram uma nova deliberação de Câmara a revogar a primeira deliberação. O ato que levou à anulação da opção gestonária foi revogado pelo Tribunal de Leiria e por isso a Câmara Municipal de Tomar foi intimada para repor a opção gestonária ou a recorrer, caso fosse o caso.-----

----- Esta situação nada tem a ver com aquilo que o Deputado Rui Aldeano quer pôr aqui à discussão e reputar para o ano em causa aquilo que se passou na Câmara Municipal de Coruche.

----- Ninguém fez promessas a ninguém. Eu não gostava de voltar ao diz que disse e àquilo que se passou nesse tempo, porque não se passou diretamente comigo. Fazendo parte do executivo não vi ninguém dizer de viva voz que tinha sido prometida ou criada alguma expectativa relativamente à opção gestonária. -----

----- Diz no comunicado que a situação ia ser avaliada em função de várias situações, em ter-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

mos económicos, orçamentais e até dos funcionários em condições de beneficiar da opção gestonária, porque não era fácil, estava em causa uma série de qualificações para os trabalhadores poderem aceder à opção gestonária. A referida situação em nada tem a ver com o Município de Coruche. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano interrompeu o Presidente da Câmara, afirmando: Mais vale assumir. Eu não disse que tinha a ver, disse que vinha lembrar que a Câmara Municipal não tinha aprovado a opção gestonária a determinada altura e que também outras Câmaras já tinham tido problemas e agora comprova-se que não há nenhuma ilegalidade. Foi uma opção política. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Vamos à Câmara Municipal de Setúbal onde a opção gestonária foi aplicada e os trabalhadores que foram beneficiados tiveram que repor o dinheiro. -

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano sublinhou: Os trabalhadores não devolveram o dinheiro, o processo voltou para o Tribunal. -----

----- O Presidente da Câmara referiu ainda: Lembrar momentos menos lícitos ou menos favoráveis é, de facto, um pouco desadequado. É muito fácil cavalgarmos sobre aquilo que são os direitos dos trabalhadores e a situação económica do país ou aquilo que nós gostaríamos de ter e não temos. -----

----- Relativamente à diferença salarial dos trabalhadores da empresa Águas do Ribatejo, por acaso o processo já chegou ao fim? Por acaso alguém sabe se o Conselho de Administração já deliberou sobre o assunto? Por acaso não. Aparece agora aqui o Deputado Municipal Rui Aldeano em defesa dos trabalhadores, porque estão a ser discriminados, uma vez que quando foram para a Águas do Ribatejo tiveram um aumento salarial de 12,5% e face à subida do ordenado mínimo nacional esses trabalhadores estão em desigualdade para com os outros. É mentira, vai ser reposta e regularizada essa situação. Alguém se procurou informar junto do Conselho de Administração sobre o que se estava a passar? Trazemos aqui uma missiva para alarmar esta Assembleia. Procura-se fazer crer que a Águas do Ribatejo é anti-social e não tem essa preocupação em relação aos trabalhadores. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano salientou: Senhor Presidente, não foi isso que eu disse, não ponha palavras na minha boca. -----

----- Eu tenho direito em colocar essas questões. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Tem direito em colocar todas as questões, mas o Senhor Deputado é malicioso na forma como coloca as suas questões. Não tem esse direito e eu não lhe admito. Esclareço todas as questões que eu souber e com perfeita tranquilidade, agora não admito que tentem envenenar e criar situações de alarmismo quando elas, de facto, não existem. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Espero que a questão da opção gestonária tenha ficado esclarecida. -----

----- Quanto à Águas do Ribatejo, e ao horário das 35 horas e das 40 horas, basta olharmos um pouco para o universo dos municípios e perceber quais foram os que optaram pelas 35 horas. Como eu já aqui disse “pôr a cabeça no cepo“, porque estamos em violação da lei do Estado português. Agora há quem assuma e quem não assuma que está em violação da lei. Se calhar, muitos desses municípios são da sua ideologia política. Vá lá saber-se porquê. Algumas juntas de freguesia ainda não tomaram a opção da prática das 35 horas, sabe-me dizer porquê? É porque têm menos apreço pelos trabalhadores? Então é porquê? -----

----- A situação da Águas do Ribatejo é simples. O universo desta entidade envolve trabalhadores que vieram dos municípios e trabalhadores que foram contratados posteriormente. Como é que se consegue constituir uma equipa de trabalho quando uns fazem 8 horas e outros fazem 7 horas? Durante determinado período os funcionários afetos aos municípios tinham um dia de folga, à sexta-feira, porque faziam 8 horas por dia, enquanto os outros continuavam a trabalhar. Que entidade é esta em que não há equidade? Em termos de gestão operacional como é que se faz a gestão das equipas de trabalho, seja operador de ETAR, de estações elevatórias ou outras? Como é que se faz a gestão num território com 150 mil habitantes? Quem é que dá as respostas às pessoas? Se alguém já acha que as respostas não são imediatas, então como é que se faria a gestão da empresa? No contexto da operacionalidade e de gestão de uma empresa como é a Águas do Ribatejo, como se faz a gestão com uns trabalhadores que fazem 35 horas e outros 40 horas? Como respondemos aos munícipes? -----

----- Arrisquem o horário das 35 horas. Façam como o Presidente da Câmara Municipal de Coruche que “põe a cabeça no cepo” e se tiver de ser preso um dia que seja preso político. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano salientou: Havemos de fazer as contas dos municípios que estão no Conselho de Administração e sobre a sua autonomia e depois falaremos novamente na questão das 35 horas. -----

----- O Presidente da Câmara continuou: A situação é pacífica. O Conselho de Administração da empresa Águas do Ribatejo é constituído por uma equipa pluridisciplinar em termos ideológicos, desde a CDU ao PS e, dentro em breve, provavelmente o PSD. Há unanimidade em todas as decisões do Conselho de Administração e os assuntos são discutidos sempre com grande preocupação, nem sequer a questão ideológica é posta em causa. -----

----- Admito que essas questões dos trabalhadores sejam suscitadas, mas nós, eleitos, autarcas, temos de ter a capacidade de enquadrar as situações. -----

----- Em relação à deposição de resíduos no Bairro da Serração, na Fajarda, tal situação foi-me transmitida por um munícipe que veio ao meu gabinete expor outros assuntos e também me levou essa informação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- De imediato pedi ao Serviço de Fiscalização, pois não sabia se a situação era de grande gravidade, para fazer a devida investigação, ir ao local verificar o que se estava a passar e tirar fotografias para se perceber se se tratava ou não resíduos perigosos. -----

----- A questão que me foi colocada é que, eventualmente, seriam resíduos de origem hospitalar. Estamos a falar de roupas e panos, resíduos que seriam para incinerar e que existiria associada alguma perigosidade. Não se faz ali qualquer laboração ou transformação, serve de depósito para depois se levar os resíduos para outro local. -----

----- O Serviço de Fiscalização foi ao local tirar fotografias àquilo que estava depositado. No momento, não fez a informação precisa porque ainda não tínhamos a indicação da empresa que estava a explorar este depósito. -----

----- Identificada a empresa responsável, percebemos também que é uma empresa certificada no tratamento de resíduos. Notificámos a empresa para prestar esclarecimentos sobre qual o tipo de processo que está a desenvolver, qual a licença que tem para desenvolver este tipo de atividade, que tipo de resíduos está a tratar e qual o seu destino. -----

----- Mais tarde, obtivemos outra informação que se tratava da separação dos resíduos das estações de transferência, isto é, os resíduos domésticos vão em sacos plásticos e depois todos os sacos plásticos são selecionados para reciclagem, aquilo não é mais nem menos que fardos que são constituídos de sacos plásticos e que depois terão o tratamento adequado para reciclagem. ---

----- Estando o depósito numa área pavimentada, admito que com as chuvas possa haver escorrimentos. -----

----- Estamos a aguardar informação para tomar as medidas adequadas, para participar à GNR (brigada do Ambiente) e também ao Ministério do Ambiente. Existindo dados concretos sobre o que se está a passar, obviamente que a ação desencadeada pelas autoridades será já direcionada no âmbito em causa e naquilo que se está a passar. -----

----- Relativamente ao referido ranking, não é novidade, já o ano passado tivemos uma classificação menos boa. Esta situação foi falada na CIMLT porque os conteúdos da nossa página da internet são idênticos nos 11 municípios. -----

----- O ano passado, um colega questionou essa entidade em termos de indicação daquilo que eram os requisitos, uma vez que tinha ficado em 216.º lugar. Este ano já ficou, aproximadamente, no 40.º lugar. -----

----- É muito subjetiva a classificação em relação a cada município e por vezes injusta. Nós damos a importância que damos. Até vale a pena fazer o que o colega fez, de reclamar junto da entidade. -----

----- Naquilo que tem a ver com a transparência, parece-me que a entidade é que é pouco transparente e pouco eficaz na forma como faz esse tipo de avaliações. Não me preocupa absolu-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

tamente nada. -----

**-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

**----- PONTO UM - RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/SITUAÇÕES EXCE-  
CIONAIS - DOE-11 - 1 POSTO DE TRABALHO; DOE-7 - 2 POSTOS DE TRABALHO;  
DSUAZV-33 - 3 POSTOS DE TRABALHO:--** Foi presente o ofício n.º 7128, de 7 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 5 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se do recrutamento de trabalhadores. É um procedimento que tem estado em curso no sentido de, numa primeira instância, consultar os trabalhadores ou pessoas que têm vínculo de relação jurídica de emprego público, para levar por diante estes concursos, os quais ficaram desertos. -----

----- Ainda que não fosse necessário, contactámos também a entidade do Estado que é o INA no sentido de saber se havia ou não pessoas na situação da mobilidade que pudessem preencher os postos de trabalho. -----

----- Propõe-se, agora, à Assembleia Municipal que aprove a abertura destes concursos para o geral, ou seja, para pessoas que não tenham vínculo à função pública, para os postos de trabalho: DOE-11 - motorista de transportes coletivos; DOE-7 - manobreadores; DSUAZV-33 - higiene e limpeza e espaços verdes. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Um. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos de toda a documentação que foi junta à Informação Interna n.º 3269, de 29 de outubro de 2014, que fica em anexo à presente ata e aqui se dá por integralmente transcrita para todos os efeitos legais:-----

----- Declarar a abertura de concurso para os postos de trabalho com as seguintes referências no Mapa de Pessoal: DOE-7 - 2 postos de trabalho; DOE-11 - 1 posto de trabalho; DSUAZV-33 - 3 postos de trabalho, todos da categoria de assistente operacional e da carreira de assistente operacional, nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, aplicável ex vi artigo 42.º, n.º 2, da Lei n.º 35/2014 que aprova a LGTFP, atendendo ao disposto na Lei de Orçamento do Estado para o ano de 2014 concretamente ao disposto no seu artigo 64.º e bem assim ao disposto no artigo 33.º e seguintes da LGTFP. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Que o presente concurso se destine à contratação de trabalhadores com vínculo público por tempo indeterminado, por tempo determinado, ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público.-----

----- Que os termos do concurso sejam os constantes nas propostas de recrutamento de pessoal elaboradas pelos serviços que se anexam e que se encontram junto à Informação Interna n.º 2556, de 11 de agosto de 2014, que aqui se dá por reproduzida.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO DOIS - RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS - DOE-22 - 1 POSTO DE TRABALHO; DSUAZV-24 - 1 POSTO DE TRABALHO:-** Foi presente o ofício n.º 7439, de 19 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 19 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: A situação é em tudo similar à anterior. São dois postos de trabalho na categoria de pedreiro para a DOE-22 e DSUAZV-24.-----

----- Face à redução de trabalhadores verificada no ano transato conseguimos cumprir o Orçamento do Estado de 2014 e reduzir em 2% os nossos trabalhadores. Permitiu-nos, assim, um rácio para a abertura deste concurso, porque se não o fizermos agora a Lei do Orçamento do Estado para 2015 vem impossibilitar a contratação de trabalhadores.-----

----- Propõe-se que a Assembleia aprove a abertura destes dois procedimentos.-----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara.-----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Dois.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos de toda a documentação que foi junta à Informação Interna n.º 3466, de 13 de novembro de 2014, que fica em anexo à presente ata e aqui se dá por integralmente transcrita para todos os efeitos legais:-----

----- Declarar a abertura de concurso para os postos de trabalho com as seguintes referências no Mapa de Pessoal: DOE-22 - 1 posto de trabalho; DSUAZV-24 - 1 posto de trabalho, todos da categoria de assistente operacional e da carreira de assistente operacional, nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, aplicável ex vi artigo 42.º, n.º 2, da Lei n.º 35/2014 que aprova a LGTFP, atendendo ao disposto na Lei de Orçamento do Estado para o ano de 2014 concretamente ao disposto no seu artigo 64.º e bem assim ao disposto no artigo 33.º e seguintes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

da LGTFP. -----

----- Que o presente concurso se destine à contratação de trabalhadores com vínculo público por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável, ou sem relação jurídica de emprego público. -----

----- Que os termos do concurso sejam os constantes nas propostas de recrutamento de pessoal elaboradas pelos serviços que se anexam e que se encontram junto à Informação Interna n.º 2556, de 11 de agosto de 2014, que aqui se dá por reproduzida. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO TRÊS - RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS - DOE-11 - 1 POSTO DE TRABALHO; DOE-7 - 1 POSTO DE TRABALHO:-** Foi presente o ofício n.º 7440, de 19 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 19 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A situação é idêntica às descritas anteriormente. -----

----- Também foram consultadas as várias entidades e os lugares não foram preenchidos. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Três. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos de toda a informação que foi junta à Informação Interna n.º 3484, de 14 de novembro de 2014, que fica em anexo à presente ata e aqui se dá por integralmente transcrita para todos os efeitos legais: -----

----- Proceder à abertura de concurso para os postos de trabalho com as seguintes referências no Mapa de Pessoal: DOE-7 - 1 posto de trabalho; DOE-11 - 1 posto de trabalho, todos da categoria de assistente operacional e da carreira de assistente operacional, nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, aplicável ex vi artigo 42.º, n.º 2, da Lei n.º 35/2014 que aprova a LGTFP, atendendo ao disposto na Lei de Orçamento do Estado para o ano de 2014 concretamente ao disposto no seu artigo 64.º e bem assim ao disposto no artigo 33.º e seguintes da LGTFP. -----

----- Que o presente concurso se destine à contratação de trabalhadores com vínculo público por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável, ou sem relação jurídica de emprego público. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Que os termos do concurso sejam os constantes nas propostas de recrutamento de pessoal elaboradas pelos serviços, que se anexam e que se encontram junto à Informação Interna n.º 2556, de 11 de agosto de 2014, que aqui se dá por reproduzida.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO QUATRO - X ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2014:-** Foi presente o ofício n.º 7442, de 19 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 19 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.--

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: São situações simples. Fazer acertos em rubricas com “superavit” para capitalizar outras rubricas que vão ter realização até ao final do ano.-----

----- Procedeu-se ao reforço de algumas rubricas, nomeadamente: aquisição de material didático e de desgaste nas creches, pré-escolar e ensino básico e em animação cultural.-----

----- Foi ainda necessário fazer alguns acertos em rubricas que já tiveram execução, nomeadamente: Projeto Juventude; Comemorações dos 500 anos do Foral da Erra; Ocupação de Tempos Livres.-----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara.-----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Quatro.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor (dezassete do PS, cinco da CDU e uma do PSD (Deputado Municipal Gonçalo Dias) e três abstenções (duas do PSD - Deputados Municipais Francisco Gaspar e Sérgio Nunes - e uma da CDU - Deputado Municipal Fernando Serafim):-----

----- Aprovar a X Alteração às Grandes Opções do Plano de 2014.-----

----- Ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, conceder autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja aí prevista, até ao seu limite máximo.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO CINCO - VIII ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2014:-** Foi presente o ofício n.º 7443, de 19 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 19 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presidente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: As alterações às Grandes Opções do Plano têm reflexo no Orçamento. No caso das Ações Mais Relevantes houve o reforço de algumas rubricas, nomeadamente em material de educação, cultura e recreio, comunicações e Caixa Geral de Aposentações. -----

----- Trata-se de um ajuste em função das alterações que foram introduzidas às Grandes Opções do Plano e que tem reflexo no Orçamento.-----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Cinco. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor (dezassete do PS e seis da CDU) e três abstenções do PSD, aprovar a VIII Alteração ao Orçamento de 2014. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SEIS - II ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2014:-** Foi presente o ofício n.º 7441, de 19 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 19 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Há situações que merecem ser reajustadas. Há funcionários que estão numa determina posição da sua carreira, mas que estão a exercer funções numa outra carreira. -----

----- Esta alteração tem a ver com o funcionário Nuno Cambaio que é Assistente Operacional, mas que desenvolve atividades ligadas à carreira de Assistente Técnico, estando a apoiar a Direção do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana. -----

----- O que queremos fazer é tão somente alterar a designação no Quadro de Pessoal, que ficou vago por via da aposentação do funcionário António João Bacalhau. -----

----- O funcionário tem habilitações literárias para o efeito.-----

----- A transição de carreira vai fazer com que o seu vencimento passe de 566 € para 683 €, são mais 116 € por mês. Não é o ideal, mas é uma ajuda significativa e é um sinal que nós estamos atentos a estas situações. Só não fazemos aquelas que, efetivamente, não são possíveis. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: É normal que aconteçam estas situações. É



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

salutar e é fazer um bocadinho de justiça, que se atribua a verdadeira categoria profissional ao funcionário, porque até tem as devidas habilitações há muito tempo. -----

----- O que não é normal é o caso da empresa Águas do Ribatejo. Trata-se de uma chamada de atenção para se tentar corrigir a situação. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Seis. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, aprovar a II Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2014.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SETE - FIXAÇÃO DO VALOR DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015:-** Foi presente o ofício n.º 7444, de 19 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 19 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- “Valores por unidade medida de execução de cada uma das seguintes infraestruturas urbanísticas para o ano de 2015: -----

----- Rede de Abastecimento de Águas: -----

----- Execução de rede de distribuição de águas – 13,60 € por metro linear;-----

----- Construção de depósitos elevados – 156,89 € por utilizador; -----

----- Construção de sistema de captação de água – 67,99 € por utilizador.-----

----- Rede de Drenagem Residual Doméstica: -----

----- Execução da rede de drenagem – 62,94 € por metro linear; -----

----- Construção de estações elevatórias – 31,47 € por utilizador;-----

----- Construção de estações de tratamento de águas residuais – 367,17 por utilizador. -----

----- Rede de Drenagem de Águas Pluviais: -----

----- Execução de rede de drenagem – 73,22 € por metro linear; -----

----- Execução de valetas revestidas a betão – 15,69 € por metro linear. -----

----- Arruamentos: -----

----- Colocação de passeios em “pavet” – 15,69 € por metro quadrado;-----

----- Colocação de passeios em calçada – 26,15 € por metro quadrado;-----

----- Pavimentação (camada de regularização mais camada de desgaste com espessura média de 10,00 cm) – 10,46 € por metro quadrado;-----

----- Colocação de base em arruamentos – 5,23 € por metro quadrado; -----

----- Abertura de arruamento – 5,23 € por metro quadrado; -----

----- Estacionamento – 5,23 € por metro quadrado.-----

----- Outras infraestruturas: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

----- Iluminação pública – 313,79 € por unidade; -----

----- Redes e outras infraestruturas elétricas – 209,19 € por metro linear; -----

----- Rede de telecomunicações – 156,89 € por metro linear; -----

----- Rede de gás – 156,89 € por metro linear.” -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A proposta que trazemos à Assembleia é, no fundo, a manutenção do valor das infraestruturas urbanísticas para o ano de 2015, uma vez que se percebe que não houve aumentos ao nível do imobiliário e da construção civil. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Sete. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, fixar o valor por unidade medida de execução de cada uma das infraestruturas urbanísticas para o ano de 2015. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO OITO - FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2015:-** Foi presente o ofício n.º 7130, de 7 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 5 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A proposta é no sentido de manter o valor do ano anterior, que a Assembleia Municipal aprove o valor de 3% de incidência sob o IRS para o ano de 2015. Entendemos que esta participação, que já foi deliberada em 2012, ou seja, no sentido de reduzirmos a nossa participação variável no IRS para os 3%, é aceitável para o ano de 2015. -----

----- Se olharmos para a Informação Interna do Diretor Financeiro percebemos que esta receita tem, de facto, uma importância extrema no equilíbrio das contas do Município, mas percebemos, também, que há uma oscilação de ano para ano. -----

----- Em 2012 deliberámos reduzir a taxa de participação variável no IRS de 5% para 3% para vigorar em 2013, mas que teve efeitos na receita de 2014. Significa que no ano de 2014 o Município deixou de arrecadar uma receita na ordem de 150 mil euros e que no ano de 2015, de acordo com as previsões, o Município vai deixar de arrecadar uma receita na ordem de 190 mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

Facilmente percebemos que é um valor considerável face ao universo das nossas receitas correntes. -----

----- Dizer, ainda, que qualquer oscilação de 1% nesta taxa tem uma incidência na ordem dos 100 mil euros, o que é considerável. Se olharmos para o universo da nossa receita, a mesma anda na ordem dos 227 mil euros. Qualquer mexida tem uma importância significativa no valor da receita. -----

----- A proposta é no sentido da Assembleia aprovar o valor de incidência de participação variável em sede de IRS para o ano de 2015 de 3%. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: A intervenção que vou fazer aplica-se não só ao imposto que estamos a discutir neste momento, como aos dois seguintes.-----

----- A questão dos impostos é para nós ponto de honra. Colocámo-la durante a campanha eleitoral e temo-la referido permanentemente, porque consideramos que um município como o nosso, que tem sintomas de interioridade e de perda de população, deve fazer tudo o que está ao seu alcance para fixar população.-----

----- Consideramos que uma das formas de fixar população é fazer discriminação positiva face aos municípios que estão ao lado, e também, baixar os impostos, sejam eles sobre as pessoas, os imóveis ou as empresas, daí a minha intervenção ser comum aos três pontos. -----

----- Temos estado contra a não redução mais significativa dos impostos municipais. Por outro lado, sabemos todos que a Câmara Municipal tem uma saúde financeira equilibrada, tradicionalmente sempre a teve. Não conseguimos perceber porque é que persiste esta dificuldade, alegando que é importante garantir a sustentabilidade financeira do Município. Nesse sentido, votaremos contra os três impostos que estão hoje em discussão. -----

----- Nos considerandos sobre a fixação desta taxa faz-se uma comparação do nosso concelho com os concelhos de Benavente, Cartaxo, Almeirim e Salvaterra de Magos, referindo que estes municípios têm taxas superiores à nossa. Penso que todos sabem que qualquer um destes municípios não tem o problema que nós temos de perda de população. Estar a compará-los com o nosso, onde há perda de população, não é sério, nem é correto. Deveriam comparar com municípios que têm problemas de interioridade e de perda de população e não comparar com aqueles em que a população aumenta. Por isso, é que têm receitas significativamente superiores às nossas, porque estão numa tendência inversa. -----

----- Esta é a nossa posição, já é conhecida, não me vou alongar mais, porque já o fizemos noutras ocasiões. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que o Município deixou no bolso dos coruchenses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

o dinheiro do IRS, mas não é correto. O Município devolveu aos coruchenses o valor que estes já tinham pago todos os meses. Não deixou no bolso, foi devolvido no acerto.-----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Oito. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor do PS, seis abstenções da CDU e três votos contra do PSD, ao abrigo do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixar a Taxa de Participação Variável no IRS, para o ano de 2015, em 3%.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO NOVE - FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA O ANO DE 2015:-**

Foi presente o ofício n.º 7129, de 7 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 5 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Nove por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Relativamente à fixação da taxa de derrama, o executivo propôs a manutenção dos valores que foram também fixados em 2012 para ter efeitos em 2013. -

----- Quem gosta de fazer estas comparações sobre a incidência destes impostos que geram receitas para os municípios, e que consulta sites em termos do país, facilmente verificará que estamos a aprovar as taxas mais baixas relativamente a outros municípios com situações idênticas ou semelhantes às nossas.-----

----- Em relação à taxa de IRS há municípios que fazem completamente vista grossa, nem sequer reduzem um ou dois pontos. Aplicam a taxa máxima dos 5%.-----

----- No caso da fixação da derrama, deliberámos na Câmara Municipal, por indicação do executivo do PS, fazer a manutenção dos valores já anteriormente aprovados, isto é: -----

----- Para empresa com volume de negócios até 150 mil euros, que a incidência do imposto seja de 0,5%.-----

----- Para empresa com volume de negócios acima dos 150 mil euros, que a incidência seja de 1%. -----

----- É esta a proposta que trazemos à Assembleia Municipal para que vigore em 2015. As receitas relativamente a este imposto têm incidência sobre o lucro das empresas, aquilo que é a rentabilidade das empresas que têm a sua sede social no concelho de Coruche. -----

----- Não conseguimos clarificar qual é esta receita efetivamente, porque depende muito da nossa economia local e do país. Se a atividade económica tiver um volume de negócios superior, obviamente que a rentabilidade das empresas é maior, claramente que as receitas da Câmara Municipal também serão maiores.-----

----- Entendemos que criando estas condições, a da baixa destes impostos municipais, criamos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

atratividade para que as empresas possam, de facto, sentir um incentivo à localização no nosso concelho. -----

----- Dizer que a receita no ano de 2012 foi na ordem dos 256 mil euros, em 2013 foi de 330 mil euros e este ano, até 31 de outubro, só tivemos 96 mil euros. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Nove.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor do PS, seis abstenções da CDU e três votos contra do PSD, fixar o valor das Taxas de Derrama para o ano de 2015 nos seguintes termos: -----

----- Para os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, que não ultrapasse os 150.000 € – 0,5%, nos termos do disposto no n.º 1 e no n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- Para os demais sujeitos passivos de imposto – 1%.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO DEZ - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2015:-** Foi presente o ofício n.º 7127, de 7 de novembro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordinária de 5 de novembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Dez por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Penso que, em anterior Assembleia Municipal, terei dito que se existissem condições reais para baixarmos os nossos impostos municipais, nomeadamente o IMI, que o faríamos. Daquilo que resultasse da reavaliação dos imóveis e daquilo que resultasse das receitas do Município, se tivéssemos margem para poder baixar a nossa incidência sobre o IMI, que o faríamos. -----

----- Foi nesse sentido que propusemos à Câmara Municipal baixar a nossa incidência do valor do IMI, ou seja, do valor que incide sobre os prédios urbanos, que é o imposto que é imputado a quem tem habitação própria. Propusemos uma redução de meio ponto percentual, isto é, a nossa incidência estava em 4% e resolvemos baixar cinco décimas, sendo que este abaixamento representa uma quebra de receita para o Município de Coruche na ordem dos 250 mil euros. -----

----- Se quisermos ser sérios e fizermos as contas, o somatório daquilo que deixamos no bolso das pessoas ou que devolvemos às pessoas, relativamente a estes três impostos municipais (IRS,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

derrama e IMI), é de mais de meio milhão de euros. A média das nossas receitas oscila entre 1 milhão e 300 mil euros e 1 milhão e 500 mil euros. -----

----- Relativamente aos pedidos de reclamação que dão entrada nas Finanças para a Câmara atestar a não existência de prédios urbanos, em algumas situações vai ser devolvido aos contribuintes o valor do IMI que foi pago. -----

----- Achamos que deve ser uma gestão cautelosa e uma gestão conservadora e não devemos, no momento, chutar a bola para a frente no sentido de baixar radicalmente a incidência deste imposto, sendo que é uma das importantes receitas municipais. -----

----- Estamos hoje aqui a discutir a incidência dos nossos impostos municipais porque acima de tudo fizemos uma gestão equilibrada e uma gestão sustentável que nos permite fazer esta discussão. Nos municípios em que esta gestão não foi equilibrada, hoje ninguém está a fazer esta discussão porque as taxas são as máximas para o IMI, para a derrama e para o IRS. -----

----- Quando se fala aqui que a Câmara tem uma boa situação financeira e que tem milhões, as coisas não são bem assim, são essencialmente pelo princípio de uma boa gestão. Hoje consigo dizer que chegámos ao final do ano e que temos uma situação de gestão económica no nosso Município que é favorável, mas, no próximo ano, não sei o que se pode fazer. -----

----- Este ano todos os municípios foram surpreendidos com a questão do Fundo de Apoio Municipal, que vem sacar, literalmente, cerca de 55 milhões de euros aos municípios. Significa isto que para a constituição do Fundo de Apoio Municipal, que irá subsidiar os municípios que tiveram gestões menos adequadas, aqueles que fizeram uma boa gestão vão financiar em 50%. Depois da negociação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses conseguiu-se dilatar o tempo de contribuição, que vai até sete anos. -----

----- Significa que o nosso Município vai ter de contribuir com cerca de 888 mil euros, durante sete anos, ou seja, no próximo ano contribuimos com 126 mil euros, bem como nos anos seguintes até perfazer o total. -----

----- Não podemos pensar que a nossa situação nos permite ter a coragem de fixar a taxa mínima relativa de IMI, porque não sabemos com o que vamos ser confrontados no próximo ano. Não sabemos que mais contribuições é que nos vão pedir. A decisão é no sentido de ser ponderada e moderada, dentro daquilo que são as nossas possibilidades. -----

----- O que está mal relativamente ao IMI não são as taxas, mas sim o valor desajustado em que os prédios estão avaliados. E a prova é que recebemos uma comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses para constituirmos uma equipa de trabalho entre os municípios para se rever o valor patrimonial de incidência dos imóveis, especialmente naquilo que tem a ver com terrenos com características para construção, pois o valor tributável está muito acima daquilo que é o valor real negociável. Se eu tenho um prédio que tem o valor comercial de 50 mil euros e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

se está avaliado em 150 mil euros, a incidência do imposto é sobre os 150 mil euros e não sobre os 50 mil euros. Esta é a realidade. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Não era para intervir, mas depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, chamou-me a atenção algumas situações, nomeadamente quando falou que, no próximo ano, com menos 0,05%, vai baixar a receita em 250 mil euros. Isto indica que a estimativa da receita de IMI é na ordem de 2 milhões de euros. -----

----- Isto para dizer que entre 2012, em que a receita foi de 1 milhão e 372 mil euros, e 2015, o Município perdeu um aumento de receita de IMI de 45%. Só nos vem dar razão as contas que o Senhor Presidente acabou de apresentar. -----

----- A seguir diz que os edifícios estão subavaliados, que têm uma avaliação muito acima daquilo que valem. Então o Senhor Presidente perdeu uma excelente oportunidade para compensar esses proprietários. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara acabou de nos dizer que tem uma previsão de aumento da receita de 45%, em 3 anos, e não conseguiu baixar um ponto percentual que era um milhão de euros. -----

----- Com esta estimativa que o Senhor Presidente mencionou, volto a referir que perdeu uma excelente oportunidade de baixar o IMI para os 0,3% e, desta forma, compensar os proprietários e aumentar na mesma a receita. Ao contrário daquilo que disse, a Câmara continuaria a aumentar receita e mesmo assim compensava os proprietários. -----

----- Se o Senhor Presidente fizer as contas, ou pedir aos técnicos municipais, vai ver que a redução de 0,05%, no próximo ano, ainda aumentará a receita face a este ano ou ficará pelo menos em linha. Está a ter um aumento significativo face a 2012, face há dois anos atrás. Portanto, o Município não perde receita, o Município perdeu foi uma oportunidade de compensar os munícipes. -----

----- Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer, por exemplo, que no Município de Lisboa, presidido pelo Secretário Geral do Partido Socialista, foi fixada a taxa de 0,3% para o IMI (a taxa mínima), mas ao mesmo tempo é paradoxal que o Secretário Geral do Partido Socialista, candidato a Primeiro Ministro, ainda antes de o ser, já decidiu fixar impostos a todos os portugueses que utilizam o aeroporto de Lisboa ou que dormem em Lisboa, ou seja, já estamos a ser aumentados. Quem frequentemente utiliza o avião, só porque não mora em Lisboa, vai ter que pagar um imposto. Vamos lá ver o que nos espera. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Há pouco o Senhor Deputado Francisco Gaspar fez uma comparação com o concelho de Benavente. Disse que se fixam lá mais pessoas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

mas, de facto, as taxas são superiores. Também em relação a Santarém é um excesso. Se calhar devíamos manter a taxa que estava anteriormente. Quando se baixa a taxa as pessoas não se fixam no concelho? Claro que não. É devido a outras situações. -----

----- As pessoas fixam-se criando-se emprego e desenvolvendo-se a riqueza. A Câmara tem procurado fazê-lo, criando infraestruturas na Zona Industrial, estando em luta com uma entidade do Governo por causa da legalização deste último terreno que pretende comprar aos Salesianos, porque querem mais dinheiro do que aquilo que o terreno vale. -----

----- Ainda bem que se falou no aeroporto, mais uma deste Governo, e é uma ignorância do Senhor Deputado porque não sabe como é que funciona o aeroporto. Não é um parque de automóveis, é um parque de aviões, o qual não tem condições para voos internacionais. -----

----- Se temos tido o desenvolvimento do aeroporto no Campo de Tiro, sem dúvida que iríamos ter a fixação de pessoas. Com este Governo, cada vez mais a apertar o cinto, não vamos ter aeroporto aqui nem noutra lado. Qualquer dia não o temos em lado nenhum. Com estes senhores que nos estão a desgovernar não é possível fixar pessoas. -----

----- Penso que a Câmara está, de facto, no bom caminho. Não é por se baixar ou por se manter a taxa que as pessoas se fixam. Ele próprio desmontou com os concelhos próximos, onde a taxa é superior. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Em relação ao IMI, à importância desta receita e à impossibilidade de se fazer um desagramento mais acentuado da taxa, este é o discurso que desde 2001 o Partido Socialista faz. Sempre houve a recusa em desagrar este imposto, que incide sobre a generalidade dos proprietários que têm a sua casita no concelho. -----

----- A lógica do Partido Socialista é outra. Mesmo no tempo que não havia o Fundo de Apoio Municipal, que agora as câmaras têm de contribuir como o Senhor Presidente disse, e mesmo no tempo em que não havia a dita crise, todos nos recordamos que a Câmara optava por investir, como eu aqui disse muitas vezes, por exemplo, com 250 mil euros na telenovela e 300 mil euros no comboio para Lisboa, mas recusava a baixar o IMI. -----

----- Para 2015 vamos ter algum desagramento do IMI, mas que é insuficiente, de acordo com a nossa proposta. Por outro lado, vamos ter 7,5% a somar na nossa fatura da água, relativamente aos resíduos sólidos e à taxa de saneamento. Se não é assim, não anda muito longe. Era necessário para que a Câmara pudesse concretizar e suportar a proposta que nós apresentamos, que era desagrar o IMI em um ponto percentual, que fizesse algum ajustamento naquelas iniciativas e ações que hoje, na atual conjuntura, são perfeitamente dispensáveis. Escuso-me de enumerá-las, basta ver o relatório de atividades da Câmara que foi distribuído a todos nós para percebermos que há aqui muita “gordura” que deveria ser cortada e que nesta altura não é a prioridade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

----- A Câmara tem é de ter opções. Se opta por manter todo o calendário que há anos vem mantendo em investimentos que são de duvidosa utilidade e não opta por desagrar o imposto, é uma questão de opção. -----

----- Achamos que é possível, havendo alguns ajustamentos para que não haja nenhum desequilíbrio, baixar mais o IMI. Temos de ser mais racionais na gestão da coisa pública, mais criteriosos, sobretudo num momento de dificuldade. Por exemplo, tenho muitas dúvidas sobre esta política de construção de equipamentos coletivos que continuam a ser projetados e de que não há nenhuma suspensão no concelho. Há investimentos que temos de ponderar se os devemos executar com esta dinâmica ou não. -----

----- Há anos atrás a grande questão que se colocava era a construção do Museu Municipal. Consensualizou-se que se instalava lá o Posto de Turismo, que havia condições para o funcionamento de oficinas, para artesanato ao vivo, para ter exposições permanentes, um auditório e um conjunto de valências. -----

----- Remodelou-se o Mercado Municipal e então o Posto de Turismo deixou de estar no Museu Municipal e passou para o Mercado Municipal, havendo assim um subaproveitamento de espaço no Museu Municipal, o qual não pode ser abandonado. -----

----- Entretanto, já se está a investir brutalmente no Núcleo Museológico no antigo edifício dos Bombeiros. Se calhar deveria ser ponderado se este é o momento para investir neste local. ---

----- Também não houve nenhuma dificuldade em investir 625 mil euros no edifício da antiga rodoviária. Como eu já aqui referi, acho que foi bem adquirido pela Câmara, mas não era por 625 mil euros. Ainda agora o Senhor Presidente disse que as Finanças avaliam os edifícios por cima. Então essa tese não teve validade para termos em conta o valor patrimonial do edifício da antiga rodoviária que a Câmara comprou por 625 mil euros, o qual estava avaliado na ordem dos 300 mil euros? -----

----- Termino dizendo que nós não concordamos com essa tese de que não se pode baixar mais o IMI porque produziria algum desequilíbrio na Câmara. Tem é de haver coragem de fazer algum ajustamento e cortes naquilo que ainda é possível cortar e há muita coisa em que é possível cortar e aproveitar melhores os recursos que existem. -----

----- A Deputada Municipal Berta Santos referiu: Senhor Presidente, acabei de ouvir o Deputado Armando Rodrigues e fiquei um pouco baralhada. Estamos ainda no IMI? Pareceu-me que já estávamos noutra coisa que nada tem a ver com o IMI. Se eu entrasse na altura da discussão dos Senhores Deputados até acharia que estaríamos a discutir o aumento do IMI, quando na realidade o que se passa é a baixa do IMI, bem como a manutenção, já baixa, das taxas de IRS e da derrama. -----

----- Também queria dizer que em tempos de austeridade máxima imposta pelo atual Governo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

é através da tal gestão rigorosa e cautelosa do Partido Socialista no Município de Coruche que é possível os nossos munícipes contarem com estabilidade no que concerne às taxas e impostos fixados pelo Município, contrariando a política que o atual Governo tem para com os portugueses. -----

----- No Município de Coruche, face a esta gestão cautelosa e rigorosa, tão criticada aqui pela oposição, advém a possibilidade de baixar a taxa de IMI e de manter tão reduzidas as taxas de derrama e de IRS. -----

----- Quero também dizer, tal como referiu o Deputado Joaquim Banha, que, sem dúvida, são estas as medidas que possibilitam a atração ao nosso concelho de investimento e a fixação de pessoas singulares e coletivas de forma responsável. -----

----- Fazer promessas é fácil e governar um dia também, o futuro é mais complicado. A política abusiva com que o atual Governo nos tem brindado, obriga a que o Partido Socialista tenha em atenção o futuro. Dado que as comparticipações, face a quem não teve cautela na gestão da sua casa, cada vez são maiores. Quando as exigências são maiores, é óbvio que se tem de ter o dobro da cautela quando se tenta gerir. Tentamos fazer com que os nossos munícipes consigam confiar no Partido Socialista para que não os dececionemos. -----

----- Queria aqui realçar que me parece que as palavras estabilidade, gestão cuidada e rigor, são, nos tempos atuais, um orgulho para o Partido Socialista e parece que são uma crítica para toda a oposição. -----

----- O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Até parece que estou a propor a esta Assembleia Municipal a subida os impostos municipais, isto é, em vez de estar a propor reduzir cinco décimas no IMI, estou antes a propor aumentar cinco décimas. Nos vossos comentários e na forma como colocam as coisas até parece que estamos a penalizar os nossos munícipes. -----

----- Se eu baixasse para a taxa mínima, se calhar, no próximo ano tinha de estar aqui a propor aos Senhores Deputados que subíssemos o IMI, porque, efetivamente, as nossas receitas não corresponderiam àquilo que seriam as nossas necessidades. -----

----- De facto, faz toda a diferença estar do lado de cá ou do lado de lá. Aqueles que em termos de identidade ideológica defendem o abaixamento do valor do IMI para as taxas mínimas, quando estão do lado de lá têm uma postura, quando estão do lado de cá têm outra. A postura de quem gere é a postura da responsabilidade. -----

----- Não gosto de dar esses exemplos, respeito o meu colega aqui do lado, mas veja-se Benavente, que é governada pela CDU, em que tinha a incidência do IMI em 0,4% e baixou duas décimas. Nós estamos a abaixar três décimas e somos recriminados. Então em que é que ficamos meus senhores? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Se tivéssemos as nossas taxas de IMI no máximo, tínhamos uma receita na ordem dos 2 milhões e 344 mil euros, isto é, se fosse a incidência de 5%. Com o abaixamento de 0,05%, passando de 4% para 0,35%, leva a que as nossas receitas andem na ordem de 1 milhão e 600 mil euros. Significa que deixamos no bolso dos contribuintes, de quem é proprietário, de quem tem uma casita, de quem tem um imóvel, 703 mil euros, uma verba que dá para fazer muita coisa no nosso concelho. É disto que estamos a falar, da despenalização, do desagravamento da carga fiscal. Não estamos a falar em subir impostos, estamos a falar que vamos baixar a incidência do nosso IMI. -----

----- É importante ver as publicações na página das Finanças, em que outros Municípios têm taxas de 5% e de 4% e depois percebe-se que quando estão de um lado, propõem as taxas mínimas, mas quando estão na governação propõem as taxas máximas ou lá perto. -----

----- É quase como o nosso Governo, afinal os municípios é que têm de suportar a dificuldade da crise, os municípios é que têm de contribuir para a boa execução dos fundos comunitários. São palavras do Senhor Primeiro Ministro, ao jornal “O Mirante”, onde diz que os municípios, de facto, foram mais eficientes, mais eficazes que o próprio Governo. Que haja em algum momento a reposição da verdade. Até há pouco tempo os municípios eram os mal-amados, discriminados, despesistas e desgovernados. Agora já estão a ser muito bons. -----

----- A dificuldade que as pessoas estão hoje a sentir não é pela taxa do IMI, é pelo aumento da carga fiscal que é lançada pelo Governo. Não é pela que é lançada pelos municípios. Estamos a falar de um imposto municipal sobre um bem patrimonial que incide sobre quem tem bens imóveis. Se calhar, o valor até é injusto, posso admitir que sim, mas estas são as regras e são com estas regras que nós temos de governar. -----

----- Volto a dizer que para governar esta casa de uma forma cautelosa e sem pôr em causa o futuro, vamos reduzir a participação do IMI tendo a consciência que não vai pôr em causa aquilo que é a execução do Município, nem pôr em causa aquilo que são as questões sociais do nosso concelho. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Dez. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos favor do PS e nove votos contra (seis da CDU e três do PSD), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI, fixar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos para o ano de 2015 em 0,35%. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e quinze minutos. -----

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta minutos. -----

----- **PONTO ONZE - GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

**INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO MUNICÍPIO PARA OS ANOS DE 2015/2018:-** Foi presente o ofício n.º 6990, de 31 de outubro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do Município para os anos de 2015/2018, que foram aprovadas por maioria, em sua reunião extraordinária de 31 de outubro de 2014, as quais ficam a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- **PONTO DOZE - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015:-** Foi presente o ofício n.º 6991, de 31 de outubro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Orçamento do Município para o ano de 2015, que foi aprovado por maioria, em sua reunião extraordinária de 31 de outubro de 2014, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução conjunta aos Pontos Onze e Doze por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Vou fazer a discussão em conjunto dos dois documentos até porque as Grandes Opções do Plano são o reflexo da nossa disponibilidade em termos orçamentais. -----

----- Todos os Senhores Deputados tiveram acesso aos documentos e puderam fazer uma análise dos mesmos. -----

----- O Orçamento este ano teve de se cingir a algumas regras que têm a ver com o Orçamento do Estado para 2015, regras essas que nos obrigam a algum rigor naquilo que é a descrição relativamente à receita. Isto é, a receita tem de ser efetivamente aquela que pode ser contabilizada em termos orçamentais e não outra. -----

----- Estamos a realizar um quadro de fundos comunitários, mas essas verbas não têm efeitos no nosso Orçamento, só aquelas que por via das candidaturas terminam, pois estamos ainda a receber essas verbas. Não têm efeitos as do próximo quadro comunitário, dado que não sabemos ainda quais serão que são essas disponibilidades, nem em termos daquilo que é a contratualização relativamente à Associação Nacional de Municípios Portugueses, nem àquilo que os municípios poderão alocar ao seu investimento em termos do Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- O Orçamento reflete, efetivamente, aquilo que são as receitas do Município, com base nas suas receitas próprias e naquilo que tem a ver com as transferências do Orçamento do Estado. -----

----- Por outro lado, obedece também a uma regra que está prevista no Orçamento e que tem a ver com a consideração da média das receitas cobradas nos últimos 36 meses. Quer isto dizer que na venda de bens de investimento o que temos de considerar relativamente a esta rubrica tem a ver com a média calculada da receita cobrada nos últimos 36 meses sem a possibilidade de existir aqui qualquer empolamento referente a esta mesma rubrica. -----

----- O Orçamento reflete aquilo que são as receitas do Município, as receitas contabilizadas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

não outras espetáveis. Exatamente por essa circunstância, este ano o nosso Orçamento é muito mais escasso do que nos anos anteriores.-----

----- Receita Corrente:-----

----- Sabemos que as receitas correntes totais têm um aumento previsível na ordem dos 2,44%, ou seja, 377 mil euros.-----

----- As transferências correntes do Orçamento do Estado, comparativamente ao ano de 2014, têm uma subida percentual de 5,32%, ou seja, 459 mil euros.-----

----- Face à variação daquilo que são as transferências em receita corrente e em receita de capital, até aqui as transferências do Orçamento do Estado eram de 80% para despesas correntes e 20% para despesas de capital. Essa regra é alterada para 2015, sendo que em termos de receita de capital vamos receber apenas 10% e os 90% dessa receita é para despesa corrente. Obviamente que em termos orçamentais facilita a regra de que a despesa corrente tem de ser inferior ou igual à receita, isto nos municípios que têm dificuldade de tesouraria é facilitador ou nos municípios que têm despesas correntes muito elevadas, uma vez que a receita corrente é transferida numa percentagem muito maior.-----

----- Relativamente aos remanescentes em termos de Orçamento, comparativamente a 2014, é necessário que os municípios cumpram outra regra do Orçamento do Estado para 2015 - as receitas suplementares que têm, quer por via do Orçamento do Estado quer por via da origem das receitas próprias, têm de amortizar dívidas contraídas no serviço da dívida, dívida a fornecedores ou, eventualmente, a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal.-----

----- Iremos ter uma receita superior para 2015, mas é para fazer face a esse tipo de despesa, ou seja, a amortização do nosso serviço da dívida (que são cerca de 500 mil euros anuais) e, por outro lado, face à antecipação das comparticipações para o Fundo de Apoio Municipal.-----

----- Receita de Capital:-----

----- Em 2015 a receita de capital tem uma quebra de 54%. Esta redução tem a ver com as transferências dos fundos comunitários. Comparativamente ao ano de 2014, em que estávamos em plena execução do quadro comunitário, no ano de 2015 não conseguimos ter a antecipação daquilo que vai ser a nossa participação nos quadros comunitários. Os regulamentos ainda não estão definidos, provavelmente só estarão para meados do próximo ano. Vamos ter mais dois anos de atraso na execução daquilo que são as próximas verbas dos quadros comunitários. Teve uma redução no Plano Plurianual de Investimentos de cerca de 1 milhão e 577 mil euros, será uma redução na entrada de capital. Claramente que não podemos afetar esses dinheiros àquilo que são as receitas de capital.-----

----- No global há uma quebra da receita total na ordem dos 13,57%, ou seja, 2 milhões e 900 mil euros.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Em termos da receita corrente há um acréscimo de 377 mil euros.-----

----- Receita de Capital: -----

----- Há uma diferença brutal por via das duas situações: por via de não termos os fundos comunitários ainda definidos e por via, também, da distribuição das receitas - receitas correntes e receitas de capital.-----

----- Despesa: -----

----- Há uma diminuição da nossa despesa corrente em relação ao Orçamento de 2014, na ordem dos 600 mil euros. Isto tem muito a ver com as despesas de pessoal, ou seja, desde janeiro deste ano foram para a aposentação 35 trabalhadores. Claro que isso tem reflexo nas nossas despesas com pessoal, que têm a ver com a nossa despesa corrente. Mas não só, reduzimos muito as nossas despesas correntes e essa redução tem reflexo na despesa para 2015.-----

----- Em termos das transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito dos anteriores protocolos, fazíamos a transferência de despesas de capital e a transferência de despesas correntes. Naquilo que tem a ver com os novos acordos interadministrativos e de execução, vai tudo às despesas correntes - Ações Mais Relevantes. Significa que, tirando os 525 mil euros que temos protocolizado com as Juntas de Freguesia, tivemos uma redução muito maior.-----

----- A despesa total sofre uma redução na ordem dos 13,57%, face ao Orçamento de 2014, em termos de possibilidade de investimento ao nível do Plano Plurianual de Investimento. Obviamente que isto é refletido, também, na nossa despesa. Se não temos receitas para poder afetar ao investimento, claramente que não podem estar refletidas no nosso Orçamento. Está clara esta variação: despesa de capital em 2014 - 8 milhões de euros; despesa de capital em 2015 - 5 milhões de euros. -----

----- Em termos do Orçamento e das Grandes Opções do Plano foram disponibilizadas verbas nas rubricas das ações que sabemos que vão ter execução financeira até abril de 2015. Não temos necessidade de deixar tanto dinheiro em capital definido. Fica dinheiro na rubrica de capital não definido, porque depois da incorporação do saldo da conta de gerência essa situação será regularizada, as rubricas serão reforçadas. Claramente que as outras ficaram descapitalizadas ou com valores residuais para que possamos trabalhar nos próximos meses naquilo que são os contratos já executados.-----

----- Ações que pretendemos realizar um pouco por todo o concelho:-----

----- Implementação de medidas de eficiência energética na iluminação pública - será o próximo quadro comunitário que vai disponibilizar algum dinheiro nestas áreas;-----

----- Incubadora de empresas a criar em Coruche. Estamos a ultimar um protocolo com o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e com outras entidades do concelho direcionadas para a agro-alimentar e para as indústrias;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Aquisição de varredora mecânica;-----

----- Aquisição de viatura “Biblioteca Móvel” - no sentido de a deslocar pelas nossas Freguesias e pelas nossas escolas. -----

----- Investimentos nas Freguesias do concelho: -----

----- União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, sendo a sede do concelho, tem uma abrangência muito maior, na prática estamos a falar de 3 Freguesias: -----

----- Revitalização do Centro Histórico da Vila de Coruche - 2.ª fase; -----

----- Área Empresarial do Sorraia - estamos a ultimar este negócio. A intenção é fazer a obra face àquilo que é a procura. Temos disponibilidade de oferta de áreas de localização empresarial; -----

----- Revitalização do Largo Porto João Ferreira - o grosso do pagamento desta obra está em 2015, a qual já está adjudicada e tem visto do Tribunal de Contas, estando para iniciar dentro em breve. Falta a apresentação do Plano de Segurança e Saúde por parte do empreiteiro para que se faça o auto de consignação;-----

----- Montinhos dos Pegos - Requalificação da E.N.251/Rua das Flores - o projeto já está concluído e a obra é para ser executada; -----

----- Margem esquerda do Sorraia - realizar o projeto e em 2016 fazer a obra, sendo mais uma reabilitação paisagística do que outro tipo de intervenção; -----

----- Arranjo urbanístico das zonas verdes envolventes às Piscinas Municipais e ao Estádio Municipal;-----

----- Projeto de iluminação pública dos caminhos da Encosta da Quinta do Lago; -----

----- Antiga manga de touros e ligação da E.M.580/E.N.114 - troço Valverde/Santo Antonino - estamos a falar de revisões de preços; -----

----- Ligação Malhada Alta/Salgueirinha - 2.ª fase;-----

----- Núcleo Museológico da Casa Tradicional na Erra - o edifício foi doado, mas sendo o mesmo de reduzidas dimensões a intenção é negociar com o proprietário da casa ao lado no sentido de a adquirir; -----

----- Rua Felicidade Páscoa e Rua do Vale, na Fajarda - a rubrica tem o valor total da obra, a qual já começou e será para concluir em 2015.-----

----- Freguesia do Couço: -----

----- Ligação Santa Justa/limite do concelho - fruto do movimento que tem esta estrada e da sua estrutura, levou a que se degradasse;-----

----- Reparação da Ponte de Santa Justa - o projeto está concluído. Temos esperança que no próximo quadro comunitário, quer na vertente agrícola, quer na vertente rodoviária, consigamos algum apoio para fazer a obra. Da nossa parte já fizemos o trabalho, ou seja, mandámos fazer o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

projeto, o qual custou 65 mil euros. Estamos preparados para a despesa que possa representar a remanescente da contrapartida nacional, mas queremos envolver as entidades do Estado e aquelas que têm responsabilidades sobre esta matéria. Se existir financiamento para fazermos a obra, muito melhor, se não existir, têm de se chegar à frente as respetivas entidades, porque a responsabilidade é de todos;-----

----- Rua Nova, na Volta do Vale - uma sugestão apresentada pela Junta de Freguesia;-----

----- Ponte das Courelinhas - é um residual;-----

----- Núcleo Museológico sobre a Resistência no Couço – temos disponibilidade para avançar com o projeto, contudo, é preciso termos o local. A Junta de Freguesia poderá ter aqui um papel importante ajudando a Câmara a encontrar o local;-----

----- Parque nos Lagoiços - o projeto está feito. Reabilitar o espaço é merecido, pelo que iremos lançar o concurso.-----

----- Freguesia da Branca:-----

----- Travessa de São José - revisão de preços;-----

----- Rua do Campo de Futebol, em Fazendas das Figueiras;-----

----- Arriça - troço da Rua da Escola;-----

----- Execução de passeios;-----

----- Ligação pedonal entre a área da Junta de Freguesia, do Centro Social e da Escola até ao cemitério - percebemos que as pessoas utilizam muito este circuito e a estrada não tem bermas, sendo inseguro transitar, daí a necessidade de construir, pelo menos de um dos lados, um passeio que permita às pessoas deslocarem-se de um lado ao outro;-----

----- Construção do Núcleo Escolar da Branca - a obra está prevista em dois anos económicos. Era bom que a mesma se iniciasse em 2015. Já demos o primeiro passo que foi a aquisição do terreno. Temos de perceber que há situações que nos levam a que façamos este tipo de investimento, pois o Jardim de Infância tem condições muito precárias em termos de utilização;-----

----- Construção do Ringue Polivalente - no terreno junto ao Centro Social.-----

----- Freguesia do Biscainho:-----

----- Loteamento Municipal do Biscainho - a intenção é fazer primeiro a rua de acesso ao cemitério do Biscainho. Com esta infraestrutura construímos alguns lotes para renda económica e social;-----

----- Execução de passeios - E.N.119 até à Junta de Freguesia.-----

----- Junta de Freguesia de Santana do Mato:-----

----- Rua de Coruche - o projeto está em execução;-----

----- Requalificação da Avenida de Liberdade - 2.ª fase - reabilitar do Centro Social à Rua 1.º de Maio até ao final da Avenida da Liberdade, com a construção de rede pluvial e passeios;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Jardim de Infância de Santana do Mato. -----

----- Junta de Freguesia de São José da Lamarosa: -----

----- Requalificação do Largo da Lamarosa - obra para executar; -----

----- Ampliação do cemitério - lançar concurso; -----

----- Construção de um pequeno arruamento adjacente ao cemitério. -----

----- O nosso plano de atividades é um plano plurianual e grande parte das ações que estão previstas já transitaram de 2014 para 2015 e muitas delas vão estender-se até 2018. -----

----- A nossa perspetiva foi capitalizar as rubricas daquilo que pretendemos executar no imediato para que tenham dotação e depois as outras rubricas, eventualmente, vão ter dotação mais tarde para que as possamos fazer ao longo de 2015. -----

----- O nosso Orçamento é muito mais escasso. Aguardamos que os próximos quadros comunitários possam dar algum empurrão, mas se assim não for teremos de recorrer à tal riqueza do Município. -----

----- Propostas apresentadas pelas Juntas de Freguesia e que estão contempladas nas Grandes Opções do Plano: -----

----- Biscainho - apresentou 15 propostas e estão contempladas 40%; -----

----- Branca - apresentou 24 propostas e estão contempladas 71%; -----

----- Couço - apresentou 30 propostas e estão contempladas 40%; -----

----- São José da Lamarosa - apresentou 16 propostas e estão contempladas 63%; -----

----- Santana do Mato - apresentou 25 propostas e estão contempladas 77%. -----

----- União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra - não tenho a percentagem. -----

----- Por parte dos partidos políticos: -----

----- A CDU não apresentou qualquer proposta; -----

----- O PSD apresentou as mesmas propostas que já tinha apresentado o ano passado, estando contempladas 75%; -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- A Deputada Municipal Ortelinda Graça referiu: Vou puxar a brasa à minha sardinha, como se costuma dizer, que é defender a Freguesia do Couço. -----

----- É verdade que das propostas que foram apresentadas à Câmara Municipal algumas encontram-se contempladas nos documentos e acredito que seja essa a percentagem que o Senhor Presidente da Câmara referiu. -----

----- Em relação ao Parque de Lagoíços, espero que realmente tenha a sua feitura em 2015. Já vem em plano há mais de uma década. -----

----- Quanto ao Núcleo Museológico sobre a Resistência no Couço, temos efetivamente de en-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

contrar o devido espaço, estando a Junta de Freguesia com a Câmara empenhadas para que este Núcleo seja uma realidade. -----

----- Fico muito satisfeita de ver inscrita a E.M.590/Santa Justa limite do concelho. No entanto, deixa-me uma preocupação as palavras do Senhor Presidente em relação à Ponte de Santa Justa, porque quem vai transitar nesta estrada terá de passar pela Ponte.-----

----- É ótimo que o projeto já esteja feito, daí que eu gostava de saber, para poder responder aos meus fregueses, o seguinte:-----

----- Se já foi encontrada a entidade que vai fazer essa candidatura ao quadro comunitário? ----

----- Para quando a candidatura?-----

----- Para quando o início da obra?-----

----- A parte com que fiquei mais desiludida foi em relação ao betuminoso, quer no Couço, quer nos Lagoíços (para já não falar em Santa Justa). Há necessidade, efetivamente, de colocar betuminoso. Como é que queremos que os transportes escolares ou a biblioteca itinerante se possam realizar com segurança? Sinto que não corresponde ao que efetivamente a Freguesia necessita. -----

----- Sabendo nós que nestes últimos anos a maior parte dos dinheiros da Câmara têm sido empregues na sede do concelho, em detrimento das outras Freguesias, se calhar, era altura de olharmos de forma mais atenta para as restantes Freguesias, nomeadamente para a Freguesia do Couço, que dista 25 Km da sede do concelho (sendo na prática 50 Km).-----

----- São estas as notas que quero deixar nesta Assembleia Municipal, com uma nota de esperança de que estas obras sejam efetivamente para executar.-----

----- A grande preocupação neste momento continua a ser a Ponte de Santa Justa. Acho que agora não podemos cruzar os braços. A Câmara tem de ser realmente um motor para a feitura desta obra, claro que a Junta de Freguesia e a população também. Não podemos ficar só pelo projeto, temos de ir para a frente e conseguir que esta obra realmente seja executada.-----

----- Em relação à E.N.251, de vez em quando fazem uns remendos nos buracos maiores, contudo é necessária uma intervenção mais profunda dado ao tráfego intenso que tem diariamente.--

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Gostaria de começar pela última frase do Senhor Presidente da Câmara, quando diz que mais de 70% das propostas do PSD estão contempladas neste Orçamento e que seriam as mesmas do ano anterior. Infelizmente, em relação às propostas que representam o nosso programa eleitoral, o nível de execução foi tão baixo, tão baixo, que são praticamente as deste ano. É essa a razão. Se as mesmas tivessem tido concretização teríamos de propor outras. Obrigado ao Senhor Presidente por ter reforçado tal situação no fim da sua intervenção.-----

----- Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, estes documentos são uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

repetição, quase que podemos pegar nos documentos dos últimos dois ou três anos porque são exatamente uma cópia. -----

----- Mais uma vez a execução destes documentos será baixa. Em 2013 foi de 30% e acreditamos que este ano não andarás muito longe disso, pelo que não vou alongar-me em grandes considerações.-----

----- Gostaria de destacar da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, a situação de no próximo ano haver um aumento das transferências do Orçamento do Estado de 5,32%. Considerando que o Município perdeu 40% da sua receita da taxa variável de IRS, mesmo perdendo 40% dessa receita, as transferências do Orçamento do Estado, que inclui a transferência desta participação, aumentam 5,32%. Como se pode observar, mexer nos impostos municipais não fragiliza as receitas do Município, porque mesmo assim continuamos a aumentar em mais de 5% as transferências do Orçamento do Estado.-----

----- Relativamente aos documentos que nos são presentes, gostaria de colocar ao Senhor Presidente as seguintes questões: -----

----- “Pavilhão Multiusos” - tem uma verba inscrita para 2017 no valor de 1 milhão e 500 mil euros, 50 mil euros para 2015 e 100 mil euros para 2016. Quais as ações que se vão executar? ---

----- “Aquisição de Terrenos” - tem uma verba inscrita de 1 milhão e 717 mil euros. Que terreno é este que se pretende comprar? -----

----- Relativamente à contratação de pessoal, não tenho um gabinete jurídico que me preste assessoria, mas, de qualquer forma, pedi ajuda para tentar perceber o que dizia o Orçamento do Estado sobre esta matéria. Pela explicação que recebi, não estando o Município de Coruche enquadrado no critério da despesa com custos de pessoal pesar menos de 35% das despesas correntes, nem fazer parte da lista dos 55 Municípios que podem aumentar a sua massa salarial em 20%, a margem é até os 35%. Pode contratar até ao ponto que não ultrapasse a massa salarial do ano anterior, isto é, se houver aposentações ou saídas de trabalhadores no ano de 2014 a Câmara pode contratar em 2015 até ao volume de massa salarial que não ultrapasse a deste ano. Quando o Senhor Presidente diz que as pessoas se estão a reformar, mas que a lei não nos permite contratar, segundo esta análise, não é correto. E como o Senhor Presidente começou por dizer, que vamos reduzir as despesas correntes devido à redução da massa salarial, isso não é correto de acordo com a análise que eu referi. É a interpretação que tenho daquilo que está na lei, daí que tenha de confiar nesta informação que solicitei. -----

----- Queria ainda fazer referência a mais um ranking. O Senhor Presidente da Câmara gosta tanto de rankings que eu decidi hoje trazer alguma informação, indo a mesma contra as expectativas do Município. Como também não vi este ranking publicado na página do Município, achei estranho. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- No dia 19 de novembro foi entregue, em Coimbra, o galardão às autarquias familiarmente responsáveis. Foram avaliados mais de 50% dos municípios pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, entre os quais 40 municípios receberam galardões. No nosso distrito foram avaliados 10 municípios e 4 receberam este galardão. -----

----- Tanto que nos orgulhamos de ter uma saúde financeira acima de qualquer crítica e da gestão que se faz no Município, acho que era muito interessante, também, que nos orgulhássemos de fazer parte do grupo dos municípios que são considerados familiarmente responsáveis. -----

----- Lamento que não estejamos dentro deste grupo. Era interessante, já que estamos dentro dos 20 de entre os 308 municípios mais equilibrados financeiramente, que também estivéssemos no topo dos 40 municípios familiarmente responsáveis. -----

----- Leva-me à conclusão que para o nosso Município a questão que vimos há pouco da transparência não é relevante. É um ranking não relevante. Também não será relevante ser uma autarquia familiarmente responsável. -----

----- Não podia deixar de trazer aqui mais este ranking, talvez o Senhor Presidente da Câmara nos diga que este ranking é um dos rankings que não interessam. Tomei nota dos considerandos que há pouco referiu, de que os critérios de avaliação são subjetivos e que em certos municípios primeiro analisa-se para ver se corresponde. -----

----- Infelizmente, também neste ranking não somos bem classificados, daí não ter visto esta informação na página do Município, o que lamento. Acho que era importante que os nossos municípios também tivessem acesso a esta informação. -----

----- A Deputada Municipal Ana David referiu: Depois da apreciação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, não há muito mais a dizer acerca dos documentos para 2015. O que vou fazer é apenas deixar pequenas notas sobre o que penso que vale a pena chamar a atenção. -----

----- Começaria pela Lei n.º 73/2013. E porquê? Um dos desígnios desta lei é a sustentabilidade financeira e a gestão orçamental equilibrada nas autarquias locais. O que interessa falar desta lei é para dizer que no nosso Município são cumpridas as normas e as regras orçamentais relativamente à sustentabilidade e à gestão orçamental e equilibrada. -----

----- Outro aspeto que queria salientar é que no Orçamento de 2015 a política orçamental proposta se mantém no cumprimento das opções do programa do atual executivo e procurando igualmente atender, e o Senhor Presidente também falou na parte final da sua intervenção deste aspeto, às propostas das Juntas e Freguesia e dos partidos da oposição. Este Orçamento também foi elaborado envolvendo todos os serviços. -----

----- Há um outro aspeto que não foi referido, e que eu acho que é importante retirar do documento, o qual tem a ver com a proposta de execução da despesa e da receita. Que sejam avaliadas periodicamente as causas da não execução prevista é muito importante. Se calhar, quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

fizermos a análise da execução dos documentos orçamentais, quando vierem dizer que a execução é medíocre, vai-se perceber melhor porque é que não se conseguiu a execução que estava prevista e as razões que levaram a que isso acontecesse. -----

----- Relativamente aos valores da receita e da despesa, queria só salientar que nas receitas de capital a rubrica participação comunitária de projetos no ano de 2015, as receitas do FEDER, são mais reduzidas porque nos encontramos na fase de encerramento das candidaturas. O Senhor Presidente também disse que as verbas do novo quadro comunitário não estão definidas. -----

----- Também não podemos ser, como o Senhor Presidente disse, demasiado ambiciosos relativamente às ações a colocar em Orçamento. -----

----- Em relação à redução da despesa foi dito que foi devido à redução de investimento. -----

----- Tinha pensado repetir algumas das ações do Plano Plurianual de Investimentos com o valor mais relevante, mas o Senhor Presidente já as apresentou, e depois iam-me acusar de ser repetitiva. Não vou fazer isso. -----

----- Terminaria, dizendo que para o nosso Município as receitas previstas são suficientes para cobrir todas as despesas e, portanto, isso representa um equilíbrio orçamental. -----

----- O Deputado Municipal Valter Jerónimo referiu: Estamos perante um Orçamento em que a maior variação que se vê é a mudança das datas. De resto, é uma cópia dos anteriores, não vale a pena estar aqui a apresentar o que se fez e o que não se fez. -----

----- Em abril de 2016, aquando a Prestação de Contas, iremos verificar que tudo aquilo que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara não passou de boas intenções, mas nada realistas. -----

----- Apresentar propostas para depois se dizer que são as mesmas do ano anterior e que se inclui 75% no Orçamento, significa que nada foi feito. De facto, como já aqui foi referido, houve uma baixa execução. -----

----- Relativamente aos impostos diretos, que o Senhor Presidente disse que os munícipes ficaram com o dinheiro no bolso, eu diria o contrário, os munícipes não os tiraram de dentro dos bolsos, porque, de facto, os impostos diretos não reduziram, aumentaram, e se aumentaram foram buscá-los aos bolsos dos munícipes. Podiam ter ido buscar mais, mas foram buscar um bocadinho menos, mas mais do que no ano anterior, portanto, continuamos a retirar e não a deixar de retirar. Significa que podíamos ser mais ambiciosos na redução de algumas taxas, como a do IMI, e isso não ia influenciar em nada a boa execução orçamental porque, de facto, fruto da baixa execução dos investimentos, não é permitido com as novas regras sermos tão ambiciosos em termos de Orçamento para apresentar aqui muitas obras que depois acabam por não serem executadas. Não era necessário para ter uma boa orçamentação aumentar estas receitas de impostos diretos. O que se verifica é um aumento face aos anos anteriores, mas esse aumento não compromete, de facto, o investimento em termos de despesa de capital. Podia-se fazer um esforço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

que em nada iria meter em causa a boa orçamentação e em nada iria colocar em causa os investimentos, pelo menos aqueles que nós acreditamos que irão ser executados e não aqueles que o Senhor Presidente esteve a mencionar durante 40 minutos. Eu diria que cerca de 60% não irão ser executados em 2015, mas depois em 2016 podemos comparar essa execução. -----

----- Quando ouvi a explicação do Senhor Presidente sobre o aumento das despesas correntes, fruto da redução da despesa com pessoal, então essas pessoas estavam em alguns serviços. Quem foi executar esses serviços? Quanto é que custaram esses serviços? Isto coloca em causa uma questão política, ou seja, há transferência de responsabilidades mas depois não há transferência de verbas para compensar as transferências dessas mesmas responsabilidades. Muitas vezes falamos em termos de custos com pessoal em relação a outras rubricas que nós aceitámos, fruto de algumas políticas, mas que não concordamos. Essas mesmas responsabilidades não foram compensadas pela Administração Central com os devidos financiamentos. Essa é que deveria ser a nossa preocupação e estarmos a discutir essas mesmas políticas. O IMI tem de ter uma taxa mais baixa, mas o que é um facto é que aumentou quase 1 milhão de euros nos últimos 10 anos. E porquê? Por uma má reavaliação de imóveis? Não sei, mas é um facto que foi cobrado aos municípios mais de 1 milhão de euros. -----

----- São essas políticas que devíamos estar aqui a discutir em termos de orçamentação e a verificar onde é que existem políticas erradas e onde é que temos de fazer um esforço para, de alguma forma, compensar as pessoas dessas políticas erradas que estão na nossa posse e estão na nossa gestão. -----

----- Acho que consegui ser mais rápido que o Senhor Presidente da Câmara. Deixo uns dos meus minutos para ele responder às minhas questões. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Estou de acordo com este Plano e Orçamento. -----

----- Em relação às Grandes Opções do Plano, parece que estão equilibradas. Há um conjunto de situações que são contempladas para o próximo ano, no entanto, penso que era sempre possível fazer mais, mas para se fazer mais também teria de haver um Orçamento mais alargado e, como todos nós sabemos, houve um forte corte na despesa nestes últimos anos, por isso em termos de obra, cuja realização se prevê, tem de haver também alguma subtração. -----

----- Este corte na despesa, obviamente que era inevitável, compreendemos perfeitamente que o país está a atravessar uma situação nada fácil e, portanto, todos nós portugueses devemos ser colaboradores para que as coisas equilibrem. No entanto, parece-me que, por vezes, há quem exagere quando se trata de cortar na despesa, quando se trata de falar em impostos e quando se trata de falar em receitas. -----

----- Por exemplo, hoje foi aqui avaliada a questão do IMI, que é um imposto que todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

suportamos e há quem concorde com a sua diminuição, mas também há quem concorde com o aumento de IRS, do IVA e do IRC. São posições ambíguas e dúbias. -----

----- Estava à espera que ontem o Senhor Primeiro Ministro, na sua entrevista, fala-se, entre outros assuntos sobre as autarquias, pois como ele sabe, neste momento, estão a ser discutidos e aprovados em todo o país os orçamentos para os municípios trabalharem. Também sabemos que o Senhor Primeiro Ministro impôs outras regras com a intenção de dificultar o trabalho dos municípios. Quando são impostas outras regras deve ser para corrigir determinados trabalhos, para haver outras opções e outro tipo de formas de trabalhar, mas o Governo quando altera regras relativamente aos municípios tem, pura e simplesmente, a intenção de dificultar. Por vezes, não se gasta menos, gasta-se o mesmo, só que há mais dificuldade em atingir os objetivos por parte dos municípios. Se as coisas não fossem tão dificultadas, não haveria mais despesa, haveria mais trabalho e atingir-se-iam os objetivos mais rapidamente. -----

----- Em relação ao Senhor Primeiro Ministro, queria deixar aqui esta indicação que corresponde à minha tristeza, de não o ouvir falar de assuntos tão importantes como as transferências para as autarquias.-----

----- Também não falou de outras coisas, já agora a talho de foice, se me permitem, no desemprego, na pobreza, na saúde, na educação, nos “vistos gold”, enfim, uma série de situações de que deveria ter falado. Por outro lado, teve tempo para estar a encomendar à Comissão de Inquérito do BES sobre de quem é que é a culpa e de quem não é. Mas para dar alguns esclarecimentos sobre os cortes que tem vindo a fazer às autarquias, não teve tempo. É um problema dele.-----

----- Continuando a minha apreciação ao Orçamento, devo dizer que dificilmente é possível atingir todos os objetivos. Não acredito que nenhuma autarquia consiga ter uma execução de 100%. É completamente impossível. Muitas vezes sabemos que essa dificuldade na execução tem a ver com o facto de as empresas não cumprirem os respetivos prazos, irem à falência ou outros problemas e, ainda, por outro lado, com transferências que não chegam a tempo. -----

----- Por parte da oposição são feitas apreciações e afirmações que têm a ver com as transferências para as câmaras municipais. Acho que devemos ouvir a oposição e aproveitar tudo de positivo, porque enriquece a democracia e enriquece o trabalho autárquico, daí que devemos ter em consideração as boas propostas da oposição e não as propostas que faz sem grande hipótese de serem aplicadas. -----

----- Por conveniência, a oposição não fala daquilo que o Governo exige aos municípios, que é o exemplo mais flagrante - as transferências para o Fundo de Apoio Municipal. Sabemos que os municípios estão a ser penalizados com estas transferências de verbas. Não sei se haveria outra forma de ultrapassar esta situação. Julgo que sim. -----

----- Penso que o Governo tem alguma obrigação na ajuda daqueles municípios mais endivi-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

dados. Não devem é ser os municípios que têm uma boa gestão a socorrer os outros municípios. Tal responsabilidade é do Governo. Temos vindo a observar, e a constatar, que determinados municípios, como o Município de Coruche, que têm uma boa gestão, serão penalizados em relação a outros que têm tido uma má gestão. -----

----- Para terminar, quero fazer uma observação positiva ao facto de neste Orçamento estarem contempladas verbas para rede viária, urbanização e habitação, ambiente, educação e cultura, apoios sociais, emprego, empresas, etc. Na minha opinião, é importante a Câmara ter esse cuidado e é importante continuar a trabalhar nesse sentido. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Vou procurar ser rápido porque as Grandes Opções do Plano e o Orçamento não são documentos muito estimulantes. A classificação que lhe dava era de “Mau”. São uma repetição dos documentos dos anos anteriores, como já aqui foi dito. -----

----- A única rubrica que é nova nestes documentos é a da Ponte de Santa Justa, que é uma mera intenção. Acho que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia e a população do Couço, não devem ter grandes ilusões, porque agora “a bola vai ser mandada de um lado para o outro”. Há um projeto, tudo bem, já teve uma evolução. -----

----- Se consultarmos os documentos com alguma atenção verificamos que as ações inscritas são repetições de anos anteriores e, nalguns casos, até há omissões, isto é, deixaram de estar contempladas. -----

----- Tinha algumas notas sobre os documentos, mas não quero perder tempo a referi-las. No fundo, é para cumprir calendário. Podia dar “n” exemplos, desde as ruas em Santana do Mato, a Rua Florbela Espanca no Couço, a Requalificação do Largo da Lamarosa, e outras. -----

----- Em relação ao Orçamento, verifica-se um aumento simbólico do valor das ajudas de custo e das horas extraordinárias e uma diminuição nos apoios sociais. -----

----- Não vou fazer mais comentários. Era só para assinalar uma posição. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Dias referiu: Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me esclarecesse em relação a algumas rubricas, nas quais há uma discrepância de valores: -----

----- “Habitação Social - Programa Reabilitar para Arrendar” - perceber um pouco a que se deve este aumento sequencial da despesa; -----

----- “Reabilitação do Centro Histórico - Percorso Pedonal e Largo Porto João Ferreira” - segundo sei, as obras já estão adjudicadas. Há um aspeto que tem a ver com esta opção de retirar o estacionamento desta zona. O exemplo que tenho em relação a outras cidades, que procuram retirar as pessoas dos Centros Históricos, leva-me a concluir que é importante dar o acesso pedonal, mas também o acesso automóvel. Percebo um pouco a preocupação, no entanto, não podemos cair no exagero de tirar as pessoas do Centro Histórico e levá-las para o Parque do Sorraia, pois o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

comércio local vai-se ressentir, não tenho dúvidas de que tal venha a acontecer;-----

----- “Herdade dos Concelhos e Concelhinhos - Implementação do Plano de Gestão Florestal” - perceber um pouco sobre a verba prevista;-----

----- “Herdade dos Concelhos - Melhoria do Povoamento Florestal” - com uma verba bastante mais reduzida. -----

----- Em relação ao Orçamento, já foi aqui falado nas receitas e nas despesas no geral. De facto, na nossa campanha eleitoral batemo-nos sempre por uma redução dos impostos no concelho, tendo em consideração, naturalmente, a saúde financeira do Município. Continuamos a achar que o executivo tem condições para baixar um pouco mais os impostos. Tenho sempre alguma dificuldade em perceber o discurso desta Assembleia Municipal, porque é recorrente criticarmos o executivo, o qual tem obrigações para com as pessoas e as empresas.-----

----- Sabemos perfeitamente o que diz a autoridade. Não acredito que haja qualquer político que tenha prazer em subir os impostos. É como o Presidente da Câmara se pudesse baixar mais os impostos baixaria. Não acredito que o Primeiro Ministro tenha uma posição diferente. -----

----- Não devemos esquecer que algumas pessoas, independentemente de serem ou não militantes do PSD, são contribuintes, são empresários e não têm interesse nenhum em estar a pagar mais impostos.-----

----- Acho que a carga fiscal é exagerada e não faz sentido continuarmos com esta carga fiscal. Agora, reconheço, como qualquer um de nós que faz uma avaliação isenta, que, infelizmente, não é possível baixar mais os impostos. Temos de continuar a contribuir de uma forma dolorosa, sendo a única maneira do país andar para a frente. -----

----- Felizmente parou-se com as grandes obras a nível do país. O aeroporto não se fez. Para Coruche seria ótimo, mas para Portugal temos que reconhecer que não haveria condições económicas para o sustentar. -----

----- A nível da Ação Social gostaria que tivesse havido um reforço de verbas. Já o ano passado reforçámos essa nossa preocupação. Gostaria que o executivo tivesse, de facto, em atenção no próximo ano esta rubrica. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Por vezes, pensamos que nos esquecemos da vida autárquica. Quem anda cá há muitos anos não se esquece da história. -----

----- Além das obras diretas que se fazem nas diferentes freguesias, o Município tem cumprido com as transferências financeiras, tem feito protocolos e colaborado no desenvolvimento da melhoria das condições de vida dos seus fregueses. Por seu lado, outros municípios têm vindo a ignorar as freguesias e dificilmente cumprem os protocolos. -----

----- Também os Governos do PSD não cumpriram a Lei das Finanças Locais e atualmente têm vindo a asfixiar-nos com impostos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

----- Penso que o Orçamento do Município de Coruche está equilibrado.-----

----- Estes dois documentos normalmente são aprovados por maioria. Não há um documento aprovado por unanimidade. Fui Vereador desta Câmara Municipal, com quatro Presidentes diferentes do PCP, e recordo-me que só votei uma vez contra o Plano de Atividades e o Orçamento, porque não cumpriram um compromisso que tinha sido acordado com os Vereadores do PS - a estrada Brejoeira/Carapuções. Não compreendo como é que se vota sempre contra. Não se votou a favor uma só vez. Por vezes, não é pelo partido, é pelas pessoas que estão no partido, porque comigo estiveram elementos do PSD e votaram como eu votava. Isto é verdade. Quem pratica as práticas políticas partidárias, quem anda nisto não esquece. Penso que o Deputado Armando Rodrigues chegou aqui ontem quando diz que é tudo igual. Não tem visto as diferenças neste conselho ou tem andado a dormir, daí passarem-lhe ao lado.-----

----- O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- Alguns dos Senhores Deputados ainda não tiveram oportunidade de governar, são governantes de bancada, alguns governam nas cúpulas, outros governam aquilo que podem e depois saem-se com estas circunstâncias para quem está a fazer, no seu entender, as melhores opções. Num Plano de Atividades de uma Câmara Municipal, de uma Junta de Freguesia e de um Governo, não se consegue executar todas as ações, é um plano de intenções em que umas dependem de nós, outras não dependem inteiramente de nós, mas de um conjunto de situações e de um conjunto de fatores.-----

----- Em relação à Ponte de Santa Justa, se tivéssemos os fundos comunitários definidos, se a obra estivesse contemplada, se a lançássemos a concurso de imediato, fazíamos a obra nos seis primeiros meses do ano. Mas se os fundos comunitários só vão ser definidos no final do ano, a culpa é nossa? Querem que eu diga quando é que se faz a Ponte de Santa Justa? Não tenho o poder de adivinhação, não tenho essa virtude de conseguir adivinhar as coisas. Depende de mim? A responsabilidade agora é da Câmara?-----

----- Porque é que os Senhores que já passaram por esta casa não fizeram o que havia por fazer em tempo? Muitas das ações ainda andam a arrastar-se no tempo. Nós fazemos aquilo que temos condições de fazer. Aqueles que cá estão, de acordo com a sua ideologia e de acordo com as práticas de gestão, fazem o melhor que podem dentro das suas possibilidades.-----

----- Sejam coerentes na forma de pensar as coisas, sem atirar atoardas político-ideológicas para cima daqueles que têm o direito de escolha e de opção. Estas são as nossas opções, são as opções do Partido Socialista. Claro que se estivessem cá os Senhores as opções, eventualmente, seriam outras. Até podiam não estar erradas e até podíamos, eventualmente, concordar com elas.-----

----- Não temos a capacidade de executar tudo aquilo que planeamos no âmbito de um plano



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

plurianual, são ações para quatro anos. Qual é o município que tem uma execução de mais de 50%? Digam um município. Acho que os Senhores não sabem e eu também não sei. -----

----- Ó Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Couço, eu gostava de ter a solução aqui ao lado, de lhe dizer qual é a entidade que vai estar envolvida, de lhe dizer que vamos avançar com o concurso. Posso-lhe dizer que o próximo passo é eu ir à CCDR do Alentejo apresentar o projeto e dizer que o queremos candidatar. -----

----- Ontem tivemos uma reunião no âmbito da CIMLT para perceber aquilo a que temos direito relativamente à contratualização dos 11 municípios, mas ainda não nos conseguem dizer as áreas de atuação, só sabem que temos menos verbas em termos de Fundo Social Europeu. -----

----- Relativamente ao Largo Porto João Ferreira, a obra está candidatada, mas caso a mesma não seja aprovada temos dinheiro para a executar. Se fossemos daqueles municípios que nem sequer têm dinheiro para pagar ao pessoal, o projeto ia para debaixo da gaveta. Foi o que muitos fizeram, cancelaram os projetos porque não tinham capacidade de executar as obras. -----

----- Em relação a todas estas obras que estão aqui elencadas, temos condições orçamentais para as fazer. -----

----- Determinados investimentos só podem ser feitos na sede do concelho. -----

----- Quanto à E.N.251, é verdade, são só remendos. -----

----- Ó Senhor Deputado Francisco Gaspar, temos de ser coerentes, e esquecer as questões ideológicas, se queremos ser sérios. Obviamente que há obras que têm de transitar de um ano para o outro. Se as obras não estão realizadas vou fazer um novo Plano Plurianual de Investimentos? Vou alterar todas as rubricas e pôr infraestruturas novas sem ter feito as outras? É o que os Senhores querem? Relativamente às Grandes Opções do Plano, o que estamos a fazer é a colocar rubricas que entendemos que são necessárias no nosso concelho. -----

----- Vêm dizer que não temos execução no Plano Plurianual de Investimentos. Claro, se eu tenho um documento abrangente, que tem praticamente tudo o que é preciso fazer em termos de infraestruturas no concelho, a minha capacidade de execução é reduzida porque não consigo fazer aquilo que é para quatro anos num ano só. A capacidade de execução é em função das rubricas que estão elencadas no Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Quanto às transferências do Orçamento do Estado, aumentarem 5%. É quase como dar uma linguiça a quem dá um porco gordo. É mais ou menos assim. É pagar os nossos empréstimos com penalizações para os municípios, porque alguns dos empréstimos estão negociados com spread baixo e se os vamos liquidar somos penalizados e é contribuímos para o Fundo de Apoio Municipal. Temos de dar em troca do chouriço, é assim, é da vida, como diz o outro. -----

----- Relativamente à aquisição de terrenos, estamos em negociação com um terreno sito atrás das Piscinas Municipais para construção dos Campos de Ténis e um terreno junto à Escola Bási-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

ca 2/3 para criar uma nova acessibilidade ao Centro Escolar de Coruche e bolsas de estacionamento. -----

----- Em relação ao Programa Reabilitar para Arrendar, estamos a aguardar que o proprietário resolva o problema da penhora do edifício. Temos disponibilidade de verba para o adquirir e construir apartamentos de renda social para casais jovens. Já temos propostas de projetistas para o edifício, sito no Largo Porto João Ferreira, e, também, para um terreno sito na Rua Direita.-----

----- Quanto ao Pavilhão Multiusos, de facto, o edifício tem tido um role de atividades (umas atrás das outras), da Câmara ou de várias associações. Tem estado a servir a nossa população. É verdade que não tem as condições ideais, pelo que, ao longo destes anos, temos de executar o projeto em função daquilo que nos faz mais falta em termos daquele espaço. Em 2017, se tivermos condições, fazemos as respetivas obras, caso contrário, retiramos a cobertura que lá está e resolvemos o problema. Não devemos de pensar de uma forma megalómana em termos de obras, se tivermos condições fazemo-las, se não tivermos remodelamos no essencial o edifício para que tenha utilização. Foi fundamental a aquisição deste edifício para o nosso concelho.-----

----- Relativamente a despesas com pessoal, meu caro Deputado Francisco Gaspar, às vezes os Senhores Deputados surpreendem-me, e desta vez o Senhor Deputado surpreendeu-me negativamente. Aquilo que está previsto no Orçamento do Estado, no seu artigo 62.º, é que as autarquias com situações financeiras equilibradas podem hoje estar condicionadas em relação às despesas com pessoal. Quer isto dizer que não podemos ter despesa com pessoal superior a 35% daquilo que são a média das nossas receitas correntes dos últimos três anos. -----

----- Dado que a média das nossas despesas com pessoal são 44%, logo estamos acima daquilo que é o estipulado, em termos de condicionante para a contratação. Significa que estamos limitados na contratação em 2015. -----

----- A Associação Nacional de Municípios Portugueses já contrapôs e contestou esta situação. A verdade é que nós estamos condicionados na contratação em 2015, a não ser que o Orçamento do Estado sofra alterações, é isto que atualmente se sabe. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Se me permite, segundo a informação que tenho escrita, significa que pode contratar desde que não aumente a massa salarial que se verifica no ano anterior, neste caso 2014. Foi esta a informação que recebi dos autarcas sociais democratas. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Só se os autarcas sociais democratas têm outra informação que nós não temos. Isto é o que consta no documento da proposta de Orçamento do Estado para 2015. Para mim o Orçamento do Estado faz lei. Se isso for verdade tanto melhor. -----

----- Obviamente que não trabalhamos para os rankings. Gostávamos muito de estar nesse ranking. Sinceramente, lamento não estarmos nesse ranking. Em relação a alguns rankings, não lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

damos a devida atenção, são enviados questionários para os municípios e depois são respondidos sem grande rigor.-----

----- Passo a referir outro ranking que tem a ver com a nossa projeção e a nossa capacidade de promovermos o nosso concelho em termos de investimento, sendo que na área do Alentejo fomos classificados em 3.º lugar. Nos outros rankings não fizemos por isso ou, de facto, os critérios são estranhos e neste não fizemos nada e aparecemos classificados em 3.º lugar.-----

----- O Deputado Joaquim Banha faz estas intervenções que eu gosto de ouvir. Nós aprendemos todos com as pessoas que andam há muito tempo na vida autárquica e na vida política. Aqueles que pensam que não aprendem com essas pessoas, desenganam-se, porque com certeza têm uma postura arrogante daquilo que são as relações humanas.-----

----- Fico sempre muito atónito com as intervenções do Senhor Deputado Valter Jerónimo. Seja pela desatualização, pela impreparação, honestamente esperava mais de si e por diversas razões, não só pela sua formação, mas também porque já foi Vereador desta casa e pensava que essa sua experiência enquanto autarca lhe tivesse dado alguma preparação. Admito que esteja mal preparado em consultar os documentos. Com essa sua impreparação fico atónito, nem sei como é que hei-de responder, tal é a forma como o Senhor coloca as questões.-----

----- Sobre a descida do IMI, já estamos cansados de falar sobre o assunto. Dos 308 municípios, 27 aumentam o IMI e nós estamos a reduzir a percentagem. Foi isso que hoje aqui aprovámos.-----

----- O Deputado Municipal Valter Jerónimo afirmou: O Senhor Presidente da Câmara não deve saber ler.-----

----- O Presidente da Câmara salientou: Interpelar as minhas intervenções. Quem é o Senhor para dizer o tempo que eu demoro nas minhas intervenções. Essa agora, era o que mais faltava.--

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: É um eleito da Assembleia Municipal e que tem esse direito.-----

----- O Deputado Municipal Valter Jerónimo salientou: Senhor Presidente da Câmara, foram 887 mil euros em 2014.-----

----- O Presidente da Câmara salientou: Senhor Deputado, o seu tempo já passou. Se o Senhor Deputado se calasse, se calhar percebia, como não se cala, não percebe hoje e não percebe para a próxima.-----

----- Quanto à perda de trabalhadores, quem é que preenche esses lugares? Se estamos a entregar ao privado, infelizmente, não estamos a dar ao privado, estamos a recorrer a uma coisa que se chama Centro de Emprego - Contratos Emprego Inserção. Infelizmente, tal situação nem serve essas pessoas, nem serve a Câmara. Há pessoas que vêm contrariadas e, também, não têm as habilitações profissionais necessárias para alguns serviços, mas, se assim não fosse não tínhamos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

auxiliares nas escolas ou na higiene e limpeza das ruas da vila. Não conseguimos repor a perda dos nossos funcionários. Informe-se com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e fale com os senhores autarcas sobre a nossa dificuldade. -----

----- A Câmara contratou o projeto para a execução da Ponte de Santa Justa e os Senhores vieram dizer que foi graças à mobilização do PCP e das pessoas que fizeram essa reivindicação. É isto que o Senhor Deputado quer? Que nós vamos para a rua e cortemos ruas e façamos encenação para se conseguir estes objetivos políticos? -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano salientou: A luta da população pela Ponte de Santa Justa é encenação? -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Mas é política. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: É política é, mas a população foi para a rua defender a Ponte de Santa Justa. Eu sei o que se passou e também fui a Tribunal. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Se calhar portou-se mal. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Não me portei mal. Fui defender a Ponte de Santa Justa, a Presidente da Junta de Freguesia do Couço também foi defender a Ponte, mas eu não vi nenhum Vereador do PS, o Presidente da Câmara da altura e o atual Presidente da Câmara a dizer que perceberam porque é que a população saiu para a rua e que estariam solidários e capazes de ir testemunhar. -----

----- A manifestação foi para discutir uma situação política, pois a Ponte de Santa Justa é uma necessidade daquela população. Não se diga que é politiquice. -----

----- Meta-me na rua. Chame a GNR. -----

----- O Presidente da Mesa salientou: Senhor Deputado, deve respeitar os trabalhos. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Não se diga qualquer coisa. Há coisas que são ofensivas. -----

----- O Presidente da Mesa referiu: O Senhor apregoa que respeita a população, só lhe peço que também respeite a condução dos trabalhos por parte da Mesa. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Senhor Presidente, toda a gente respeita a Mesa, mas há coisas que são ofensivas. Também o Senhor Presidente da Câmara se sentiu ofendido com certas coisas. É ofensivo tratar por politiquice uma manifestação por parte da população. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Eu não acusei a população do Couço. Os Senhores procuraram protagonismo político em função do trabalho que foi feito. Foi o que eu disse. A população do Couço, ou qualquer outra população, tem todo o direito de reivindicar, manifestar-se contra aquilo que acha injusto. Não se pode é tirar partido e querer protagonismo dessas ações de forma política. Esta é a minha forma de pensar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Quanto à Habitação Social - Programa Reabilitar para Arrendar. Numa primeira fase estamos a fazer o projeto e numa segunda fase pretendemos iniciar os blocos. Em princípio, iniciaremos a construção no terreno que tem menos problemas, sito na Rua Direita, em termos de habitação social para casais jovens com rendas controladas. Sabemos que é difícil para os casais jovens conseguirem casa. -----

----- Em relação ao Largo Porto João Ferreira, olhamos e vimos um bocado de alcatrão espalhado e estacionamento desordenado no Centro Histórico da Vila, na frente ribeirinha. Pretendemos reabilitar aquele espaço, torná-lo numa praça, preferencialmente pedonal e com acesso a uma área de estacionamento para carros dos moradores e mais uma bolsa de disponibilidade para quem vem à zona baixa da vila. -----

----- Para compensar esta zona, estamos a fazer, no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana, a identificação de vazios na área urbana da vila, de forma a serem preenchidos com bolsas de estacionamento. Por exemplo, existe um terreno em frente ao “Coruche Pesca Desportiva”, que se pretende negociar com o proprietário. Permite-se que o mesmo seja uma bolsa de estacionamento, isentando-o do pagamento de IMI e com o compromisso de poder utilizar o seu terreno quando assim o entender. Por um lado aproveitamos o terreno, por outro lado tiramos o mau aspeto de algumas destas vedações dentro da vila de Coruche. -----

----- É a intenção que queremos levar por diante para compensar quem tem estabelecimentos comerciais na zona do Centro Histórico ou quem vai à Câmara e não tem lugar para estacionar, porque a maior parte dos carros são de funcionários da autarquia ou de proprietários dos estabelecimentos comerciais, os quais estacionam das 9 h às 19 h. Nesta zona queremos condicionar o acesso até 20 minutos gratuito e, a partir desse tempo, começar a pagar. Quem trabalha no Centro Histórico pode deixar o carro no Parque do Sorraia e vir a pé para o seu emprego. -----

----- O Plano de Gestão Florestal foi feito pela Associação de Produtores Florestais, na sequência do incêndio que ocorreu na Erra em 2012. O que queremos fazer é cumprir este plano florestal e fazer o repovoamento das áreas ardidas. -----

----- Quanto à Herdade dos Concelhos, é no sentido da sua florestação na globalidade. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Onze: -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor do PS e nove abstenções (seis da CDU e três do PSD), aprovar as Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) do Município para os anos de 2015/2018. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Doze: -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor do PS e nove abstenções (seis da CDU e três do PSD), aprovar o Orçamento do Município para o ano de 2015. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO TREZE - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 E PLANEAMENTO DE ATIVIDADES E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA O ANO DE 2015:-**

Foi presente o ofício n.º 6994, de 31 de outubro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião extraordinária de 31 de outubro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Treze por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: No Mapa de Pessoal prevemos os lugares disponíveis, a preencher no âmbito do concurso, ou seja, da entrada dos 10 Assistentes Operacionais. Prevemos, ainda, as questões da mobilidade interna que vamos fazer intercarreiras. O nosso Quadro de Pessoal não tem mais nenhuma alteração em termos de postos de trabalho. -----

----- Se contemplamos novas vagas, temos de prever a respetiva rubrica orçamental. Se eu tenho 12 pessoas e prevejo lugar para mais 5 pessoas, obviamente que tenho de ter dotação em termo da rubrica com pessoal para fazer face a essas vagas que estão criadas em termos orgânicos da nossa estrutura com pessoal. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Acho que no ponto anterior o Senhor Presidente da Câmara excedeu-se nas considerações que fez relativamente ao Deputado Municipal Valter Jerónimo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara está na Assembleia Municipal e o seu Regimento estabelece que em relação a estes dois pontos tem 20 minutos para fazer a apresentação da documentação. Nós temos os documentos e sabemos todos ler. Se tivermos perguntas, fazemo-las e ainda temos o direito a fazer comentários como bem entender. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara não tem de fazer aqui apreciações, como fez, menos próprias, eu até diria um bocado jocosas e humilhantes, relativamente à qualidade da intervenção que o Deputado Valter Jerónimo fez. Acho que isso lhe fica mal e o que aconteceu não se deve repetir. -----

----- O Presidente da Câmara nesta Assembleia Municipal presta contas aos Deputados Municipais e aos Grupos Municipais. Este é um órgão autárquico que não está aqui para ouvir lições daquelas que o Senhor Presidente da Câmara deu. -----

----- Os Deputados Municipais intervêm, metem os pés pelas mãos, não são fluentes no seu discurso como é o Senhor Presidente da Câmara, mas é um problema de cada um. -----

----- Agora essa apreciação, o Senhor Presidente da Câmara não a pode nem deve fazer. Se o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

fizesse comigo eu respondia-lhe à altura.-----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Treze. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dezassete do PS, cinco da CDU e três do PSD) e uma abstenção da CDU (Deputado Municipal Rui Aldeano), nos termos dos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e do artigo 3.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 209/2009, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2015, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se dá integralmente transcrito para todos os efeitos legais. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO CATORZE - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-** Foi presente o ofício n.º 6992, de 31 de outubro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua reunião extraordinária de 31 de outubro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Catorze por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: À semelhança da intervenção do Deputado Armando Rodrigues, gostava de dizer que, de forma nenhuma, quis ser ofensivo. -----

----- As questões têm sempre duas vias, ou seja, a resposta é sempre condicionada pela pergunta.-----

----- Se o Senhor Deputado Armando Rodrigues sentiu isso na defesa do Senhor Deputado Valter Jerónimo eu também o senti na intervenção do Senhor Deputado Valter Jerónimo. -----

----- A presente autorização genérica é uma situação que já tem vindo à Assembleia Municipal repetidas vezes, ou seja, de dar autorização naquilo que são os compromissos previstos nas Grandes Opções do Plano, para que a Câmara possa ter capacidade de fazer a sua gestão. -----

----- Imaginem atividades com compromissos plurianuais, se não tivéssemos esta autorização cada uma das ações que estão previstas nas Grandes Opções do Plano teria de ter a aprovação da Assembleia Municipal para que a pudéssemos executar. -----

----- É a aprovação genérica das ações que estão contempladas nas várias rubricas das Grandes Opções do Plano para que a Câmara tenha autorização de as executar e é, também, a autorização genérica naquilo que são encargos que não excedam, no ano seguinte, e até três anos, o montante de 99 mil euros.-----

----- A Associação Nacional de Municípios Portugueses enviou um parecer a todas as Câmaras Municipais para que nos pareceres genéricos procedéssemos desta forma.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Dias questionou: Em cada um dos anos ou nos três anos?

----- O Presidente da Câmara esclareceu: Em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

----- Imaginem que o contrato é para este ano referente ao fornecimento de refeições de catering. No próximo ano, a rubrica de afetação a este encargo não pode ser superior a 99.759,58 € e no outro ano também não pode ser superior, ou seja, em cada ano económico a seguir ao ano do contrato o encargo não pode ser superior a este valor. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Catorze. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor (dezassete do PS e seis da CDU) e três abstenções do PSD:-----

----- 1 - Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:-----

----- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; -----

----- ou, -----

----- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

----- 2 - A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

----- 3 - A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. -----

----- 4 - Deverá ser presente à Assembleia Municipal, posteriormente, informação da qual conste o total dos compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO QUINZE - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA A ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:-** Foi presente o ofício n.º 6993, de 31 de outubro de 2014, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

em sua reunião extraordinária de 31 de outubro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Ponto Quinze por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: De acordo com a Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 73/2013, a competência para a isenção destas taxas municipais é da Assembleia Municipal. Por exemplo, cada vez que isentamos uma coletividade do pagamento da taxa do ruído, tínhamos de trazer à Assembleia Municipal essa isenção.-----

----- Como temos um regulamento para isenção das taxas municipais, aquilo que se está a pedir à Assembleia Municipal é que autorize a Câmara a isentar os valores dessas taxas até aos valores máximos previsto no respetivo regulamento. -----

----- O Presidente da Mesa agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Quinze. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, autorizar a isenção total ou parcial de taxas municipais nos termos previstos no Regulamento Municipal e até ao montante máximo previsto no Orçamento de taxas municipais a cobrar. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO DEZASSEIS - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-** Foi presente o Relatório da Atividade e Situação Financeira do Município, no período compreendido entre 2 de setembro e 19 de novembro de 2014, o qual fica como anexo, fazendo parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Mesa solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara destacou as seguintes ações:-----

----- Estão resolvidas as questões dos contratos de execução e interadministrativos com as Juntas de Freguesia na sequência dos aconselhamentos feitos pelo Tribunal de Contas; -----

----- Estão em curso diversos Contratos Emprego Inserção; -----

----- Ao nível da formação profissional foram efetuadas 1395 horas de formação;-----

----- Início do lançamento de procedimentos concursais para recrutamento de 10 Assistentes Operacionais (que aprovámos hoje). -----

----- Situação Financeira: -----

----- Neste momento, a nossa dívida é de 3 milhões e 662 mil euros. Não está incluído o em-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

préstimo que temos na Caixa de Crédito Agrícola, de 624 mil euros, para a aquisição do terreno do Parque Empresarial;-----

----- Coruche Mais Social - este ano fizemos seis contratos de arrendamento de habitações sociais no Couço que vão ficando desocupadas;-----

----- Programa Casas com Gente - foram apoiadas 16 famílias em 2014. Não temos conhecimento de programas idênticos no país no sentido de reocupar os centros históricos e ajudar também as famílias;-----

----- Programa Municipal de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional - apoio a agregados familiares com mais dificuldades na cedência de materiais;-----

----- Bolsas de Estudo no ano letivo 2013/2014 - foram atribuídas 20 bolsas de estudo da Câmara e 16 da NEOEN. Não conseguimos preencher todas porque houve situações de pessoas que ficaram excluídas porque o cálculo do rácio “per capita” para a sua atribuição era baixo. O que fizemos foi subir esta média, sendo o valor uma vez e meia a capitação do IAS. Isto significa que um agregado familiar que tenha o rendimento “per capita” de 625 € pode concorrer. Nesse sentido, foram atribuídas as 36 Bolsas de Estudo disponíveis. Para 2014/2015 vamos ser muito mais amigos dos nossos jovens universitários porque atribuímos todas as Bolsas de Estudo, sendo esse o nosso objetivo. Há uma redução nesta rubrica, o ano passado tínhamos em Orçamento 82 mil euros e este ano o valor correspondente ao encargo é de 72 mil euros;-----

----- Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos - apoiámos 48 munícipes ao abrigo deste programa, nomeadamente em renda de habitação, consultas médicas, medicamentos, tratamentos de hidroterapia, pagamento de transportes escolares, de refeições escolares e de creches municipais, cuja sua condição social não permite fazer face àquilo que são os seus encargos. Este programa permite tudo isto e não gastámos toda a verba. Se mais pessoas tivessem vindo ao programa, mais teriam sido ajudadas;-----

----- Campanha de divulgação de ações - foi desenvolvida pela GNR e pelas técnicas da Unidade de Cuidados Continuados junto dos nossos idosos;-----

----- Atividades durante a Semana do Idoso - um alerta e informação à prática de pessoas estranhas, a nova nota de 10 € e uma série de conselhos sobre estas matérias;-----

----- Combate à Pobreza e à Exclusão Social - promovido em parceria com a Caritas no âmbito do CLDS+, sendo bastante participada. Constituiu em colocar fitinhas numa árvore que estava na Rua de Santarém, com uma frase indicativa ao Dia Internacional Contra a Pobreza, no sentido de suscitar consciências para estas ações desenvolvidas pelo Município de Coruche;-----

----- Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Local - funciona nas nossas instalações do Rossio, no âmbito da parceria que temos com o Centro de Emprego e Formação Profissional, onde vêm técnicos fazer o atendimento;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Parceria com o NERSANT e a DECO - a partir de janeiro de 2015, no âmbito de conhecer as empresas do nosso concelho; -----

----- Divulgação junto das empresas da nossa disponibilidade para as visitarmos. Houve visitas às empresas Amorim e Irmão, Amorim Florestal e à Cigala. -----

----- O Presidente da Câmara destacou, ainda, algumas ações e obras mais relevantes realizadas neste período: -----

----- Inauguração da Ponte das Courelinhas; -----

----- Inauguração do Parque de Manutenção de Valverde. Foi muito participada esta iniciativa e parece que se justifica esta área de desporto e lazer na zona dos Foros de Coruche; -----

----- Infraestruturação da Rua Felicidade Páscoa e Rua do Vale, na Fajarda - a obra já está em curso; -----

----- Jardim de Infância de Santana do Mato - está em fase de acabamentos interiores; -----

----- Núcleo Museológico “Profissões Tradicionais e Património Rural” - no espaço do antigo Quartel dos Bombeiros. Achamos que era uma lacuna não termos uma representatividade daquilo que é a nossa relação muito direta com a agricultura, com o setor primário, com os utensílios que se vão perdendo. Com todo este equipamento, este património e este espólio que pretendemos recuperar (algum deles já foram cedidos) queremos, ainda, reproduzir uma mercearia tradicional e uma taberna; -----

----- Núcleo Escolar da Branca - a construir no terreno adjacente à Escola da Branca. O projetista está a executar e a curto prazo iniciaremos a obra; -----

----- Projeto Campo Seguro - fomos desafiados a pô-lo em prática e demorou algum tempo face às vicissitudes de classificação de alguns caminhos que não estavam classificados; -----

----- XXX Feira do Livro - decorreu de 1 a 12 de outubro, na Galeria do Mercado Municipal; -

----- Jornadas de Gastronomia - decorreram nos dias 3, 4 e 5 de outubro; -----

----- 86.º aniversário dos Bombeiros Municipais de Coruche; -----

----- Portugal Florestar; -----

----- Inauguração da exposição “Coruche: O Céu, a Terra e os Homens”- tem, de facto, muita dignidade. Finalmente, temos este espaço que retrata a nossa história, são os achados arqueológicos do nosso concelho; -----

----- Feira de Portel - o Município está representado neste evento. -----

----- O Presidente da Mesa passou a palavra aos Deputados Municipais: -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Não estou a fazer politiquice, vou falar porque fui eleito. Acredito que há quem não goste, aceito, mas sei que há quem gosta. Não posso deixar de fazer um reparo. Peço desculpa, mas tenho de colocar este assunto à Assembleia Municipal. Mais uma vez, não é politiquice, é o nosso papel enquanto eleitos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Quero acreditar, independentemente das relações pessoais que possamos ter uns com os outros, que o Senhor Presidente da Câmara teve aqui, hoje, uma noite menos boa ou então trocou alguma coisa na sua personalidade. Tem-se mostrado humilde e procurando consensos, mas hoje isso não se passou. -----

----- Para além daquilo que o Deputado Armando Rodrigues referiu, houve aqui outras coisas que foram ditas: “Se calhar ainda não repararam a bandeirinha, como que os membros desta Assembleia Municipal não estivessem cá em Coruche”, provavelmente, não estamos durante o dia de trabalho, mas isso também é reflexo do que hoje Coruche se tornou; “Há Deputados que são treinadores de bancada, governam nas cúpulas”. São insinuações que são pejorativas e que são graves. -----

----- O lugar do Senhor Presidente é o de Presidente da Câmara Municipal. O Senhor vem prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal e nós somos eleitos municipais que estamos cá para fiscalizar a atividade do executivo municipal. É bom que aprenda a conviver com esta situação. Honestamente, tinha a ideia que o Senhor Presidente da Câmara sabia. Quero acreditar que foi apenas uma má noite e que não se voltará a repetir. Nós estamos cá para fazer o nosso trabalho e somos tão eleitos como o Senhor Presidente, com o acrescento que somos eleitos para fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e do Senhor Presidente. Portanto, não pode ficar chocado com o que nós dizemos e com as opiniões que transmitimos, porque são tão válidas como as suas. -----

----- Relativamente ao Museu Municipal, saúdo a inauguração da exposição permanente. Lamento que o Museu Municipal, embora não estivesse encerrado, e o problema não é dos funcionários como é óbvio, estivesse ano e meio sem exposição permanente. -----

----- Acredito que a situação não foi mais dramática porque aquela ideia que nos venderam, há dois anos atrás, de que vinham turistas para Coruche (graças à novela e ao comboio), afinal não trouxe assim tantos turistas. -----

----- Os relatórios são presentes à Assembleia Municipal, não estou a duvidar que é feita atividade, mas pergunto é se resolve as questões estruturantes do concelho. Ó Senhores Deputados, estamos a vender o “el dourado”. Digam lá que comércio é que floresce em Coruche. As lojas dos chineses? O que Coruche se está a transformar não é mais do que num deserto. Os jovens regressam a Coruche quando saem da universidade? Não regressam porque não há emprego. -----

----- Gostava de saber, se aquando da visita à empresa do Grupo Amorim Florestal, informaram o Senhor Presidente que estão a remodelar os equipamentos com a possibilidade de despedimento coletivo. Isto são informações de trabalhadores, não estou a inventar e não é especulação. -----

----- Estamos com um decréscimo demográfico brutal. Temos mais pessoas a viver em Co-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

ruche? Não temos. -----

----- As acessibilidades em Coruche, em termos de transportes públicos, estão melhores? Não estão melhores. -----

----- Em relação à habitação social, queria fazer um apelo. Já percebemos que o prédio destinado ao “Programa Recuperar para Arrendar” é para ser recuperado para habitação com custo controlado, agora não há necessidade daquela faixa estar a abanar, que se retire a mesma. -----

----- Isto não é politiquice, é olharmos para a nossa terra. Tenho 31 anos e dos meus amigos só um é que está a viver em Coruche (vamos ver por quanto tempo). Não há emprego, logo as pessoas não têm condições para ficarem no concelho. Podemos ter a vila de Coruche mais bonita, não coloco isso em causa, mas há condições para cá ficar? É isto que dói. Isto não é politiquice Senhores Deputados, é defender o melhor para o concelho e o melhor para a população.-----

----- Relativamente à Ponte de Santa Justa, eu não me portei mal e a população também não se portou mal. Fomos reivindicar a sua reparação, que é um direito. Já sou eleito pelo terceiro mandato e quero recordar que no anterior a Câmara dizia que não tinha nada a ver com a reparação da Ponte de Santa Justa. Agora já assumiu fazer o projeto. Isto não é indiferente à mobilização da população. Se as pessoas estivessem caladas e não tivessem lutado isto não tinha chegado a este ponto. Pode doer e pode custar, mas os militantes do PCP estiveram na luta e é bom que o PCP se afirme na luta pela reparação da Ponte de Santa Justa.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Relativamente ao Relatório da Atividade, normalmente constavam as disponibilidades do Município na mesma página da dívida, em que referia qual era a percentagem de endividamento e a capacidade de endividamento. Desta vez não foi colocada essa informação e foi criado um texto a explicar o nível de endividamento do Município, ao contrário do habitual. Porque é que foi retirada a informação? É importante essa informação relativamente às disponibilidades do Município.-----

----- Não gostaria de terminar sem fazer aqui uma referência. Os Deputados Municipais são eleitos e quando somos eleitos para lugares públicos temos de ter a noção do porquê de sermos eleitos. Os Deputados Municipais têm deveres e têm direitos. Todos têm o direito de intervir e os da oposição de fazer oposição. Ao ouvir declarações, seja de quem for, que tentem cortar esses direitos ou a capacidade de oportunidade de intervenção dos Deputados Municipais, não me posso calar. Somos eleitos, cada um à sua maneira. Quem está no poder faz aquilo que pode, e que consegue, e a oposição, pelo menos da nossa parte é essa a preocupação, tem de exigir a quem está no poder para que, digamos, já estamos em fim de noite, não relaxe e mantenha o nível de execução e o nível de trabalho. Acho que é esse o papel da oposição. Se viéssemos todos para aqui e nos calássemos já tínhamos ido embora há duas ou três horas, mas acho que não é isso que a população espera de ninguém que aqui está.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Hoje ouvi aqui o relato sobre a entrevista do Primeiro Ministro. Só faltou dizer que ele recebeu um sms. Ele também disse que acredita no regular funcionamento das instituições, nomeadamente da justiça, mas isto o Deputado Joaquim Serrão esqueceu-se de dizer. Habitualmente não falo aqui do Governo, falo de assuntos da nossa terra e acho que é isso que está escrito como sendo os nossos deveres e os nossos direitos. Independentemente da sessão acabar às duas ou três horas da manhã, não podia de deixar de fazer esta referência. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Em relação às respostas do Presidente, as mesmas são sempre condicionadas pelas observações da oposição. Vocês põem-se a dizer para aqui o que muito bem entendem e têm direito a tudo e a Câmara, depois, representada pelo seu Presidente, não tem direito a defender-se? Enquanto Deputados temos direito a tudo, até dizer asneiras. Ora isto, como é óbvio, não pode ser. -----

----- O Presidente da Mesa afirmou; Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, quero fazer um breve comentário. Como já aqui foi referido, este é o órgão máximo da autarquia e como órgão máximo, todos nós que estamos aqui temos responsabilidades, temos direitos e temos deveres. -----

----- A Mesa nunca cortou a palavra a ninguém. Ao longo dos mandatos anteriores, como neste mandato, tem dado liberdade aos Senhores Deputados para usarem da palavra e dá liberdade ao Senhor Presidente da Câmara para expor os assuntos que tem de expor nesta Assembleia Municipal e que são de interesse para todos nós. Por vezes, os tempos de intervenção são ultrapassados, quer pelo Senhor Presidente quer pelos Senhores Deputados. Encontramo-nos aqui cinco vezes por ano em sessões ordinárias e não é por o Senhor Presidente da Câmara gastar mais dez minutos na apresentação dos assuntos ou os Senhores Deputados gastarem mais tempo nas Vossas intervenções que o funcionamento da Assembleia é prejudicado. Por vezes, estão em discussão assuntos estruturais e estratégicos para o desenvolvimento do concelho, como hoje acontece com o Orçamento e o Plano de Atividades, os quais justificam um amplo debate. É isso que os municípios esperam de nós. -----

----- Espero que o Relatório da Atividade seja do agrado de todos nós para sabermos o que se está a passar no concelho. Discordando, ou não, com o que está a dizer o Senhor Presidente, acho que o espaço da Assembleia Municipal é multidisciplinar, independentemente das nossas divergências partidárias. Fica-nos bem a todos ouvir os outros, dar espaço aos outros para falar. Se todos nos respeitarmos, a sessão da Assembleia Municipal torna-se mais fácil e evitamos algumas trocas de galhardetes. Sinceramente, penso que para quem está do outro lado, a troca de galhardetes não lhe diz rigorosamente nada. Este é o apelo que deixava. -----

----- De seguida, passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

----- Relativamente ao facto de no Relatório da Atividade não constar a informação referida pelo Deputado Francisco Gaspar, não tenho uma resposta. A elaboração do documento foi técnica, é uma questão de compararmos e ver qual era o método de apresentação. Se essa descrição é importante ela passará a constar neste documento. -----

----- Relativamente à visita às empresas, nada foi dito relativamente ao despedimento coletivo ou a algo do género. Fui informado na Amorim Irmão que estão a fazer a remodelação das linhas de operação e a colocar equipamentos mais informatizados, mas que as pessoas irão permanecer e que, em função do aumento do parque para estaleiro de cortiça, irão contratar mais seis pessoas. -----

----- Da parte da Amorim Florestal também não nos foi feita nenhuma referência, até porque as pessoas que trabalham nesta empresa têm mais a ver com o tratamento da cortiça de forma grosseira, no sentido de a preparar para a produção. A Amorim Florestal compra a cortiça para as outras fábricas que fazem a produção. Nenhum relato houve sobre despedimentos. Se o quisessem fazer provavelmente não o iriam transmitir. Falou-se, sim, da pouca disponibilidade face à necessidade que têm de um parque para a deposição de cortiça.-----

----- O Deputado Municipal Valter Jerónimo salientou: Coloquei uma questão ao Senhor Presidente da Câmara sobre quais as dificuldades que apresentaram as empresas. -----

----- O Presidente da Câmara afirmou: Acho que já falámos hoje aqui bastante sobre estas coisas. O Senhor Deputado quer rebater ou quer, de certa forma, interpelar as minhas intervenções. Eu não iria por aí. O Senhor perguntou da forma que toda a gente percebeu. -----

----- Para eu fazer a discussão das questões elencadas, os Senhores Deputados não tinham paciência para me ouvir. Já dei aqui alguns exemplos das dificuldades que foram apresentadas, que têm a ver com o mercado, com a disponibilidade de espaço, com a modernização e com a necessidade de operacionalizar algumas áreas e setores. Posso falar nisso de uma forma mais abrangente e mais específica. Todas as empresas apontaram questões que têm a ver com a sua área e setor de negócio e algumas delas são preocupantes, sendo que nalgumas não podemos ter intervenção. Foi isto que quisemos auscultar e apresentar o executivo para que as pessoas nos conheçam e mostrar a nossa disponibilidade para estar à disposição, para sermos parceiros na resolução de problemas. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Esteve presente o Senhor Ricardo Ferreira dos Santos, residente na Fajarda. -----

----- Questionou sobre a possibilidade da Assembleia Municipal equacionar que o período do público pudesse ser um pouquinho mais cedo. -----

----- Alertou sobre uma situação que considera no mínimo insólita e que se está a passar no Bairro da Serração, na Fajarda, relacionada com a deposição de grande quantidade de resíduos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

perigosos, oriundos dos hospitais de Lisboa. Referiu que o transporte do diverso material é efetuado em camiões, propriedade da transportadora Bizarro, durante o período da noite, o qual é depositado no referido local. Considerou que se trata de um atentado à saúde pública e ao meio ambiente, dada a proximidade do referido depósito, cerca de 80 metros, às habitações, hortas e poços. -----

----- Apresentou um conjunto de fotografias ilustrativas da situação existente no referido local.

----- Deu conhecimento que foi feita uma denúncia sobre a situação junto de entidades competentes, GNR e CCDRLVT, na passada terça-feira, e que ontem e hoje se verificou um movimento anormal de viaturas, durante a noite e dia, ao nível do transporte dos resíduos.-----

----- Questionou sobre a concessão do alvará n.º 26, no dia 26 de fevereiro de 2012, de licença para a exploração do referido depósito.-----

----- Solicitou à Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara que se utilizem todos os meios que estão ao alcance, do ponto de vista jurídico, de modo a que esta licença tenha imediatamente caducidade, independentemente de quem assinou este alvará, e que a lei se imponha. -----

----- Apelou à compreensão e à solidariedade de todos e que se envolvam na defesa do património dos moradores do Bairro da Serração.-----

----- Solicitou a todos que são intervenientes na vida pública, na vida política, que façam chegar esta mensagem aos partidos políticos presentes.-----

----- Esteve, ainda, presente o Senhor Rafael José Ferreira Gomes, residente em Vale Mansos, expondo o seguinte:-----

----- Em relação à sonorização da sala, considerou que a audição por parte do público não é a melhor, algo que já tinha colocado à consideração do Senhor Presidente da Assembleia, em anteriores sessões;-----

----- Quanto ao Centro Escolar de Coruche, alertou para a necessidade da realização das obras há pouco referidas pelo Senhor Presidente da Câmara; -----

----- Alertou para o estado de degradação de abrigo de passageiros em Vale Mansos; -----

----- Sugeriu a colocação de lombas nas principais ruas do Rebocho, do Feixe e da Salgueiriinha. Face à existência de retas um pouco extensas, alguns automobilistas circulam a grande velocidade;-----

----- Alertou para a necessidade da conservação e manutenção da Rua dos Pé Leves, nomeadamente ao nível das valetas;-----

----- Em relação ao Estádio Municipal, questionou sobre a intervenção ao nível do espaço destinado à comunicação social. Recordou que o Senhor Presidente da Câmara, na sessão de abril da Assembleia Municipal, lhe transmitiu que já tinha dado ordem aos serviços para procederem aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ATA N.º 8  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

respetivos trabalhos e que, possivelmente, se teria de chatear. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se não esteve para se chatear. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- Em relação ao Estádio Municipal, a estrutura metálica já está feita e brevemente colocar-se-ão os acrílicos em todo o alçado tardo das bancadas. É de toda a justiça a feitura da respetiva vedação. -----

----- A Rua dos Pé Leves necessita realmente de uma grande intervenção, acima de tudo a colocação de betuminoso.-----

----- A implantação de lombas junto a zonas habitacionais poderá ser um incómodo, face ao ruído que provoca, provavelmente terão de ser colocadas algumas lombas nessas localidades, mas a situação terá de ser analisada. -----

----- A Câmara fez um ajuste direto para a aquisição de 43 abrigos de passageiros para proceder à substituição, numa primeira instância, daqueles que estão degradados. -----

----- Em relação ao Centro Escolar de Coruche, a obra encontra-se em fase de concurso. -----

----- Relativamente à exposição apresentada pelo Senhor Ricardo Santos, faremos aquilo que estiver ao nosso alcance. O Serviço de Fiscalização já está a atuar nesse sentido, notificámos a empresa e há um conjunto de entidades que têm de desenvolver procedimentos tendo em conta toda esta situação. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, às duas horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e nove do corrente, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Ana Patrícia Caçador Palma, Segundo Secretário, subscrevo: -----

O Segundo Secretário

---

O Presidente da Mesa

---